

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Luciana Raimundo

**CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
NA ABORDAGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Florianópolis,
2012

Luciana Raimundo

**CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
NA ABORDAGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar
Müller

Florianópolis
2012

Luciana Raimundo

**CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
NA ABORDAGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, Julho de 2012.

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Universidade Federal de Santa Catarina

Manuela de Souza Diamico
Universidade Federal de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que, refletindo sobre suas realidades, se mobilizam a fim de transformá-las.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela compreensão e pelo apoio na formação em Ciências Sociais, mesmo não compreendendo as possíveis áreas de atuação que a realização do curso possibilitariam. Agradeço a ajuda de custo no início da graduação, que somada aos R\$295,00 que recebia na época por uma bolsa de iniciação científica, com dedicação exclusiva, puderam prover minha alimentação, minhas fotocópias e meu aluguel, visto que as vagas na moradia estudantil não supriam a necessidade dos estudantes provenientes de outras regiões do país.

Agradeço ao meu companheiro Caio que se colocou na luta estudantil, assumindo uma postura política ativa dentro da universidade. Suas ideias e conversas contribuíram para a elaboração e finalização deste trabalho.

Agradeço aos amigos queridos que, observando minha dedicação aos estudos, apoiaram a elaboração desta pesquisa, por meio de conversas, desabafos e até mesmo por batidas em tambores. Em especial agradeço a Camila Philippi pelo incentivo nesta reta final.

Agradeço a sensibilidade do meu orientador, Ricardo Gaspar Müller e por seu enorme coração de mãe, onde sempre cabe mais um. Obrigado pelas conexões e relações que me aponta desde o início desta pesquisa. Reconhecendo as dificuldades de trabalho que os professores vivenciam como consequência da lógica produtivista acadêmica, agradeço enormemente o aceite para minha orientação. Agradeço também ao professor Fernando Ponte e à Manuela Diamico por comporem a banca e por contribuírem com meu trabalho.

Agradeço especialmente a minha mãe Vera Lúcia que, mesmo não estando presente, contribuiu com a minha formação ensinando-me a importância de se ter princípios e, indiretamente, a encontrar sentidos na caminhada.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo verificar, por meio de revisão bibliográfica, as contribuições advindas do campo das Ciências Sociais para a abordagem da economia solidária no Brasil, no período compreendido entre 2003 a 2011. Foram investigados os trabalhos referentes a esta temática publicados nos Anais dos 27^o, 28^o, 29^o, 30^o, 31^o, 32^o, 33^o, 34^o e 35^o Encontros Anuais promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, e também nos Anais dos XI, XII, XIII, XIV e XV Congressos Brasileiros de Sociologia, promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia. Por meio da Análise de Conteúdo procurei expor as tendências encontradas nas investigações, assim como a construção dos diferentes modelos teóricos de análise. Ao final, proponho uma reflexão sobre paradigmas nas Ciências Sociais e a necessidade de se contemplar nas investigações as subjetividades, a participação social e política e o respeito aos diferentes campos do saber humano.

Palavras-Chaves: Economia solidária, Ciências Sociais, modelos teóricos de análise, paradigmas.

ABSTRACT

This Course Completion Assignment intends to verify, by means of bibliographic review, the contributions from the field of Social Sciences to the approach to solidary economy in Brasil, in the time period between 2003 and 2011. To this end, a study was conducted on papers about this thematic that were published in the annals of the 27th, 28th, 29th, 30th, 31th, 32th, 33th, 34th and 35th Annual Meetings of the National Post-Graduation and Science Research Association (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências – ANPOCS), and also in the annals of the XI, XII, XIII, XIV and XIV Brasillian Congress of Sociology, promoted by the Brasillian Society of Sociology (Associação Brasileira de Sociologia – SBS). Through content analysis I've tried to show the tendencies found in the investigations, as well as the construction of the different theoretic models of analysis. Finally, I propose a reflection about paradigms in social sciences and the necessity of contemplating in investigations the subjectivities, the social and political participation and the respect for different fields of human knowledge.

Keywords: Solidary economy, Social Sciences, theoretic models of analysis, paradigms

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC - Análise de Conteúdo
- ADS - Agência de Desenvolvimento Social
- ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária
- CBS - Congresso Brasileiro de Sociologia
- CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros
- CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
- EAF - Entidades de Apoio e Fomento
- ECOSOL - Cooperativa de Economia de Crédito Solidário
- EES - Empreendimentos da Economia Solidária
- FAP - Formas de Auto-organizações Políticas
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- ITPC - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- IPE - Instâncias Políticas do Estado
- MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
- ONG - Organização Não Governamental
- PAC - Projetos Alternativos Comunitários
- PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SIES - Sistema de Informação em Economia Solidária
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA.....	19
1.1 AS ORIGENS DO TRABALHO COOPERADO E MODELOS PRODUTIVOS ALTERNATIVOS	19
1.2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
1.3 NOVO OLHAR SOBRE ECONOMIAS ALTERNATIVAS	27
1.4 O COOPERATIVISMO NO BRASIL	28
1.5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	29
1.6 A AUTOGESTÃO E OS SEUS LIMITES	34
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	41
2.1 PENSANDO A PESQUISA CIENTÍFICA	41
2.2 A SBS E A ANPOCS	43
2.3 OS TRABALHOS INVESTIGADOS	45
2.4 CAMPOS DE ANÁLISE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	49
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	53
3.1 A ELABORAÇÃO DO TEXTO	53
3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM CONCEITO	53
3.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A DISCUSSÃO CONTEXTUAL	62
3.4 ESTUDANDO OS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	65
3.5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA INTERVINDO NA REALIDADE	75
3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	81
3.7 SISTEMATIZANDO	86
4. MODELOS TEÓRICOS DE ANÁLISE	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
5.1 PENSANDO AS ABORDAGENS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	99
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

Segundo França Filho (2007), as discussões sobre a economia solidária vêm ganhando visibilidade nos últimos anos no Brasil. Tal fato pode ser constatado por meio da observação do crescente número de trabalhos desenvolvidos no âmbito acadêmico, como investigações realizadas por graduandos, pós-graduandos, grupos de pesquisa, núcleos de estudos e projetos de extensão; da dinâmica da sociedade civil e dos movimentos populares, como a que constitui o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) ou, ainda, das inúmeras experiências desenvolvidas a partir de políticas públicas específicas, empreendidas como incentivo na formação de cooperativas.

Como graduanda do curso de Ciências Sociais e interessada no estudo da temática, deparei-me, durante as leituras realizadas no período da minha formação, com diferentes enfoques e abordagens que contribuem para a ampliação das discussões acerca do tema da economia solidária. Como trabalhadora e participante do movimento sindical – também durante o período de minha graduação – observei a dinâmica da sociedade civil e a mobilização dos movimentos sociais em torno da atividade. A atuação nos dois campos possibilitou-me questionar os papéis da universidade e dos movimentos sociais no incentivo, apoio e consolidação desses empreendimentos. Assim, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) optei por investigar as principais contribuições das Ciências Sociais no debate sobre a economia solidária.

Nesse sentido, o presente TCC tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica dos artigos publicados em dois encontros de Sociologia no Brasil, dentro da linha de pesquisa Sociologia do Trabalho, no período compreendido entre os anos de 2003 a 2011. Os espaços acadêmicos escolhidos foram o Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS) promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). As etapas da pesquisa foram: a seleção dos trabalhos dentro dos simpósios temáticos, fóruns, grupos de trabalho e mesas redondas; a leitura dos artigos que abordavam a temática; a categorização dos textos e a análise dos dados por meio da Análise de Conteúdo (AC).

Optei por organizar o trabalho em cinco capítulos. No primeiro capítulo discuto os processos que originaram a criação de cooperativas a partir dos chamados princípios solidários. Abordo também a crise

estrutural do capital e as perspectivas da economia solidária no novo cenário mundial, e mais especificamente o desenvolvimento da atividade no Brasil. Trago a discussão referente aos alcances e limites da autogestão; uma das principais características dos empreendimentos econômicos solidários.

No segundo capítulo abordo a metodologia de pesquisa utilizada nesta investigação científica: a revisão bibliográfica e a AC. Discorro brevemente sobre as instituições organizadoras da SBS e da ANPOCS, e também sobre os trabalhos investigados. Ainda nessa sessão trago os diferentes campos de análise utilizados na categorização dos artigos.

No terceiro capítulo desenvolvo pequenos textos a partir dos trabalhos investigados. O intento é dar visibilidade aos principais elementos abordados pelos pesquisadores estudados. As devidas referências foram realizadas a fim de não comprometer a autoria dos textos e facilitar a pesquisa por demais estudiosos, no entanto, por se tratarem em sua maioria de arquivos digitais, as páginas não foram mencionadas.

No quarto capítulo apresento as abordagens teóricas identificadas durante a revisão bibliográfica. Por fim, no quinto capítulo deixo minhas impressões acerca das contribuições das Ciências Sociais em torno das discussões sobre economia solidária e uma reflexão acerca de um novo paradigma que contemple as subjetividades, a participação social e política e o respeito aos diferentes campos do saber humano.

Acredito que este trabalho pode auxiliar novos pesquisadores na compreensão da economia solidária no Brasil, do debate teórico que a tem amparado nos últimos anos, bem como evidenciar novas problemáticas acerca da temática aqui trabalhada.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

Neste capítulo discorro sobre os processos históricos que possibilitaram o desenvolvimento do trabalho cooperado, considerando sua divisão e segmentação e o aparecimento do cooperativismo compreendido dentro dos princípios solidários. Entendo que a reflexão sobre as atuais discussões acerca da economia solidária necessita da retomada de tais processos, com a finalidade de possibilitar a compreensão do momento histórico que culminou no seu surgimento, de modo a ampliar o debate para além da funcionalidade e estruturação destes empreendimentos, ou seja, para uma análise que contemple as condições históricas de seu ressurgimento.

Nesse mesmo sentido, abordo ainda a crise estrutural do capital no século XX, assim como suas implicações sobre o centro e a periferia da economia mundial. Procuo dialogar os princípios fundamentais que permearam as cooperativas de Robert Owen e Charles Fourier com as novas possibilidades de consolidação da atividade no atual contexto brasileiro. Descrevo também o panorama da atividade por meio do envolvimento de diferentes atores sociais dentro de seus campos de ação.

Por fim, apresento os modelos de gestão baseados na heterogestão e na autogestão, a fim de subsidiar a discussão conceitual da economia solidária e facilitar o avanço no debate em torno dos seus alcances e limites, por meio da apresentação de um ponto de partida.

1.1 AS ORIGENS DO TRABALHO COOPERADO E MODELOS PRODUTIVOS ALTERNATIVOS

Historiadores e economistas relatam a existência de formas de cooperação e de entreaajuda desde a Antiguidade. Entre os babilônicos, por exemplo, era possível encontrar certo tipo de arrendamento de terras para exploração comum. Os gregos e os romanos formaram sociedades de auxílio-mútuo para funerais. Os primeiros cristãos escolhiam grupos de pessoas que ficavam encarregados de aprovisionar gêneros alimentícios, num sistema parecido com as atuais cooperativas de consumo.

No entanto, com a manufatura o trabalho cooperado nos moldes da Antiguidade passou a caracterizar-se principalmente pela divisão social do trabalho. A produção deixa de ser fruto de esforços individuais e passa a ser resultado do trabalho social e cooperativo a

partir da reorganização da produção. (DOMINGUES E TEIXEIRA, 2007).

O que se percebe a partir da manufatura é a superioridade produtiva em termos de quantidade produzida por tempo de trabalho, com a introdução de nova divisão do trabalho e a inserção de maquinaria específica. A emergência do capitalismo a partir do desenvolvimento desta nova organização, especialmente no que concerne à fragmentação e à segmentação do processo produtivo, gera forte competitividade, deixando muitos trabalhadores sem ocupação em pouco tempo. Parte dos indivíduos excluídos do processo produtivo, na tentativa de combater o modo de produção emergente, passou a integrar o movimento luddista. Tal movimento, inspirado em Need Ludlam teve forte expressão na Inglaterra no início do século XIX, visando principalmente reintegrar os trabalhadores na produção por meio da destruição de máquinas e equipamentos (DOMINGUES E TEIXEIRA, 2007). É importante ressaltar que o objetivo do movimento mudava conforme o contexto, ou seja, dependendo do grupo de trabalhadores envolvidos, da região em que estes se localizavam e do momento histórico de sua manifestação. Segundo a análise do contexto inglês por Edward Palmer Thompson (1987), tal distinção é designada "momento de um conflito de transição", pois "de um lado, olhava para trás, para costumes antigos e uma legislação paternalista que nunca poderia ressuscitar; de outro, tentava reviver antigos direitos a fim de abrir novos precedentes." (vol. 3, p. 117).

Assim, em meio a esse conturbado contexto, o inglês Robert Owen (1771 – 1858), considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo, apresentou uma proposta de auxílio aos trabalhadores vítimas da pobreza e do desemprego, a fim de reestabelecer a economia na Europa logo após o período de guerras que antecederam o ano de 1815 (SINGER, 2008). O pressuposto era o de que a economia poderia desenvolver-se novamente na medida em que os desocupados passassem a trabalhar e a gastar, conferindo a dinâmica de circulação ao capital. Nesse sentido, Owen propôs substituir os fundos de sustento dos pobres ociosos por investimentos em Aldeias Cooperativas, para que assim os integrantes obtivessem o mínimo de subsídio na produção da própria subsistência. Quanto mais Owen explicava seu projeto, mais claro ficava a sua proposição por mudanças no modelo de produção.

Com a falta de apoio da alta classe, Owen partiu em 1825 para os Estados Unidos onde se estabeleceu em New Harmony, no Estado

de Indiana, mais precisamente na Aldeia Cooperativa constituída com base em experiências inspiradas por ele. Após sucessivas cisões retornou para a Inglaterra em 1829. Apesar do aparente fracasso, a experiência ganhou visibilidade e muitas sociedades cooperativas foram criadas em algumas partes do mundo. Paralelamente o movimento sindical inglês, após sair da ilegalidade com a revogação do *Combination Acts* em 1824, formou novos sindicatos e juntamente com eles as cooperativas.

Como exemplo tem-se Hohn Doherty que organizou fiandeiros de algodão em um sindicato nacional inglês em 1829, passando a lutar posteriormente por todas as categorias de trabalhadores e fundando em 1833-1834 o *Grand National Consolidated Trades Union*, sucessora do *Grand National Moral Union* de Owen, possivelmente a primeira central sindical do mundo (COLE, 1944).

O alinhamento das cooperativas com o movimento sindical transformou as principais reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho em incentivos para o estabelecimento de novas cooperativas no mercado, gerando competição entre trabalhadores e antigos empregadores.

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do século XIX) eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Beneficentes cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria (COLE, 1944, p. 24).

As cooperativas que tinham como objetivo a não exposição à competição do mercado passaram a produzir e a consumir os próprios produtos, a trocar o excedente e a distribuí-los se assim desejassem. A rejeição a toda atividade que visasse lucro levou as sociedades owenistas a criar os bazares ou as bolsas próprios. Segundo Cole (1960), a lógica de funcionamento do mercado cooperativo era estabelecer preços diferentes do mercado capitalista. As notas de dinheiro eram conquistadas por meio da venda da produção das

cooperativas e aceitas somente em troca de produtos de mesma origem.

Apesar das dificuldades encontradas neste período, o cooperativismo desenvolveu-se como uma economia alternativa ao modo de produção capitalista, passando da competição de mercado para uma lógica diferenciada de abastecimento.

No entanto, a reação dos empregadores concentrou-se na desarticulação dos trabalhadores que apresentavam alguma ligação com o sindicato, mesmo os que não pertenciam a alguma cooperativa. As dificuldades provenientes da demissão em massa de milhares de trabalhadores fez com que estes abrissem mão dos sindicatos em troca da manutenção ou reestabelecimento de seus postos de trabalho. Foi durante este processo que Owen, em um momento audacioso, propôs ao Parlamento dos Construtores em Manchester na Inglaterra a tomada da indústria dos capitalistas e a sua transformação em cooperativas.

De acordo com Domingues e Teixeira (2007), seria justo chamar esta primeira fase do cooperativismo de “cooperativismo revolucionário”. De acordo com as autoras, pode-se dizer que na época a inspiração era claramente socialista, ou seja, visava a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

Na França, um homem chamado Charles Fourier tinha o sonho de que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema, o falanstério. Tal consistia em uma comunidade com grande oferta e variedade de trabalhos para cerca de 1800 pessoas. O sistema proposto por Fourier é considerado uma espécie de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual e na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. Fourier acreditava que as pessoas podiam encontrar um ou mais trabalhos dos quais gostassem e aos quais poderiam se entregar sem importar a remuneração. O resultado do trabalho seria dividido de acordo com as proporções fixas: 5/12 pelo trabalho realizado; 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento e pelos conhecimentos demonstrados e comprovados pelo grupo (DOMINGUES & TEIXEIRA, 2007).

Fourier propôs diversos mecanismos de distribuição de renda. Um deles consta na distribuição de renda por meio do mecanismo de ações. Ao contrário da lógica atualmente vigente, a ação rendia mais quanto mais distribuída fosse, ou seja, quanto mais pessoas as possuíssem maiores seriam os rendimentos de cada uma. Por outro lado uma pessoa que tivesse muitas ações receberia menos. Todos

teriam uma renda mínima, mesmo os que não trabalhassem. Todos trabalhariam por paixão e não por necessidade, embora continuassem competindo por riquezas já que o sistema mantinha a ideia de propriedade por ações.

O sistema de falanstério inspirou diversas experiências no mundo, como por exemplo, a que envolveu colonos vindos da França para o Rio de Janeiro em 1842 que, sob apoio do Dr. Benoit Jules Mure, foram para a Baía de Babitonga, perto da cidade histórica de São Francisco do Sul no atual Estado de Santa Catarina, consolidando a primeira experiência libertária do hemisfério sul, o Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí. No entanto, devido ao despreparo dos sócios o falanstério não prosperou. A falta de coesão e a posterior cisão deu origem a outro grupo, que liderado por Michel Derrion constituiria a Colônia do Palmital. A experiência também não resistiu às dificuldades resultantes dos conflitos políticos e sociais e da escassez de condições materiais e organizacionais para sua continuidade.

Assim, a partir dos exemplos citados acima, pensadores que se articularam em torno das experiências de cooperativas neste período podem ser divididos entre os chamados socialistas utópicos e os socialistas científicos. Os socialistas utópicos acreditavam no caráter revolucionário das cooperativas para a superação das precárias condições de vida e de trabalho dos operários. As aldeias cooperativas de Robert Owen e os falanstérios de Charles Fourier são exemplos dessa tese. Para seus propositores, a divisão adequada da riqueza social não se daria por meio da supressão da propriedade privada, mas pela transformação do regime de propriedade com o regime de ações e a cooperação. Eles propunham uma modificação do sistema econômico por meio da cooperação e, especificamente, por meio das empresas cooperativas, fossem elas de produção, de consumo ou de crédito (BIALOSKORSKI, 2006).

De acordo com a leitura de Lima (2004) sobre as obras de Marx e Engels, destaque para o *Manifesto Comunista* publicado em 1848, os socialistas científicos foram assim nomeados porque se baseavam nas idéias do materialismo histórico:

O materialismo histórico trabalha com a tese de que somente as transformações materiais e do sistema de produção serão capazes de transformar as relações sociais existentes e, portanto, propiciar a formação de uma nova sociedade (BIALOSKORSKI, 2006, p. 23).

Eles consideravam que a justiça social e a igualdade só poderiam ser alcançadas por meio da supressão da propriedade privada dos meios de produção e pela apropriação coletiva dos resultados do trabalho. A estrutura social se daria por meio de comunas, que coexistiriam e posteriormente sucederiam o Estado. Todos deveriam trabalhar para a construção de um sistema econômico igualitário e justo. Ideias como estas decorrem da leitura de escritos clássicos, como por exemplo, da obra de Lenin *O Estado*, publicada pela primeira vez em 1929.

Uma importante corrente para os operários e para os cooperados foi o anarquismo. De acordo com esta, o indivíduo deveria tomar o lugar das regras, dos líderes e governos. Inspirando diversos trabalhadores pelo mundo, a ideologia anarquista atuou fortemente nos sindicatos e nas mobilizações trabalhistas entre o fim do século XIX e o início do século XX.

William Godwin (1756 - 1836) foi um dos primeiros anarquistas a propor uma radical transformação das bases organizacionais da sociedade. Para ele, a criação de uma organização comunitária fundada a partir da abolição da propriedade privada e de qualquer tipo de lei ou governo levaria a exaltação da razão como guia maior dessa nova sociedade, onde a total liberdade ética e política deveriam ser garantidas. O anarquismo quando inspirado por socialistas utópicos, como no caso de Pierre-Joseph Proudhon (1809 - 1865), defendia a criação de um regime político guiado por uma “república de pequenos proprietários”. Bancos e cooperativas deveriam ser instituídos para fornecer, sem juros, recursos a toda e qualquer atividade produtiva realizável em pequenas propriedades. Já para Mikhail Bakunin (1814 - 1876), discordante das teorias marxistas no tocante à necessidade de um Estado transitório, a abolição deste deveria ocorrer imediatamente após um momento revolucionário, por meio do uso da violência, se necessário (SOUSA, s/d).

De acordo com Sousa (s/d), com o enfraquecimento das greves anarquistas e o fortalecimento dos comunistas do movimento operário, os direitos dos assalariados foram se ampliando e melhorando o padrão de vida de trabalhadores nos países desenvolvidos e nos países semi-industrializados. O temor do movimento anarquista era o enfraquecimento do movimento como consequências das reformas sociais que estavam acontecendo, uma vez que tais melhorias nas condições de trabalho da classe trabalhadora não transformam a

essência da organização do trabalho, apenas abafam as forças revolucionárias.

Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento operário muda o seu foco de atuação: ao invés de lutar contra o assalariamento e a favor de uma alternativa emancipatória junto aos sindicatos passou a defender propostas reformistas, como melhores salários, conservação de empregos e ampliação dos direitos dos trabalhadores, acreditando que por meio dessas conquistas o trabalhador pudesse alcançar uma espécie de cidadania “social” que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupava na organização da produção (SINGER, 2008).

Dessa forma, surgiu entre 1940 e 1970, principalmente nos países europeus, uma classe média trabalhadora que se acostumou com o pleno emprego e se acomodou ao assalariamento. No entanto, uma nova configuração produtiva, somada às mudanças estruturais do capital, abalaria o mundo, reconfiguraria as lutas sociais e tiraria da zona de conforto milhares de trabalhadores, convertidos então em desempregados.

1.2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O esgotamento do processo de produção nos modelos fordista e taylorista culminaram em disjunções sistêmicas. A consequente queda na taxa de lucro, como já havia afirmado Marx em *O Capital*, Livro III seção III, foi um dos principais responsáveis pelo desencadeamento de uma crise estrutural do capital nas décadas de 1970 e 1980. Para uma necessária reestruturação encontrou-se como solução mudanças nos padrões de produção e acumulação. O Toyotismo¹, apresentado como uma possibilidade para o enfrentamento da crise, tinha como principais características: a acumulação flexível; a multifuncionalização de sua mão de obra; a implantação de sistemas de controle de qualidade total; o sistema Just in time, ou seja, produzir o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário. Adequado às necessidades do capital, o modelo avançou primeiramente em países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, dando início a um processo de reconfiguração produtiva mundial. Como modalidade de acumulação, a aplicação de capital no

1 O toyotismo tem origem na fábrica da Toyota no Japão. O modelo produtivo foi desenvolvido pelo japonês Taiichi Ohno e adquiriu projeção global, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

setor financeiro passou ser uma aposta para àqueles que não queriam se arriscar no setor produtivo, garantindo por meio de juros rendimentos e lucros.

Destarte, a transferência das grandes indústrias para os países periféricos eliminou milhares de postos de trabalhos formais, tornando o emprego um privilégio da minoria que dominava o conhecimento científico e tecnológico de ponta. O local para as novas instalações destinadas à produção deveria contemplar mão de obra barata e movimento operário frágil. Os trabalhadores que se beneficiavam de uma legislação específica passaram a vivenciar as consequências da “flexibilização” dos seus direitos, naturalizando em seus cotidianos a insegurança e a competição (SINGER, 2008). Para este autor, a competição gera um pequeno número de ganhadores e um grande número de perdedores; uma polarização entre os considerados empregáveis e os considerados impregáveis.

Junto à grande massa de trabalhadores desempregados e desqualificados para competir por um cargo no mercado de trabalho somam-se os trabalhadores desempregados provenientes de inúmeras empresas capitalistas que, não adaptadas ao novo modelo de produção, decretaram falência.

Domingues e Teixeira (2007), analisando este processo histórico, procuram discorrer sobre as possibilidades do modelo socialista de concretizar uma revolução por meio da união dos trabalhadores. Analisam o período de crise do socialismo em 1985 com a *Perestroika* e a *Glasnot* na União Soviética até a sua dissolução em 1991. Para as autoras, ficou claro que o planejamento central da economia do país, imposto por uma pseudo “ditadura do proletário”, não construiu uma sociedade socialista e nem comunista.

Segundo as autoras, o foco do movimento emancipatório passou então da tomada do Estado para a sociedade civil. Cresceu o número de ONGs e movimentos orientados pela igreja católica fundamentados na teologia da libertação, visando preservar o meio ambiente, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida e renovam suas tradições culturais. Assim, reaparecem as discussões em torno da economia solidária, procurando resgatar os antigos princípios de organização baseados na autogestão (DOMINGUES E TEIXEIRA, 2007).

1.3 NOVO OLHAR SOBRE ECONOMIAS ALTERNATIVAS

Na análise de Singer (2008), as contradições do capitalismo criam oportunidades para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. Em grande medida, as empresas solidárias são resultado da falência de empresas capitalistas, subutilização do solo por latifúndios e do desemprego em massa. Para o autor, provavelmente nas próximas décadas o deslocamento dos postos de trabalho do centro da economia para a periferia perderá intensidade. Isso dependerá do ritmo de crescimento das economias nacionais, estimulados por novos padrões de consumo e pela capacidade das potências dominantes de manter alguma ordem no mercado financeiro global.

Assim, se a economia solidária cresce em resposta às contradições do capitalismo, seu crescimento poderá se desacelerar no futuro, passando a ser uma forma complementar deste. Singer (2008) acredita que a economia solidária necessitaria desenvolver sua própria dinâmica ao invés de depender de uma “reatividade” às contradições do modo dominante de produção. O autor afirma que não se pode excluir a possibilidade da economia capitalista conquistar uma nova fase “áurea” como correu nos conhecidos anos dourados, onde se visualizou todos os benefícios deste sistema em detrimento de seus problemas estruturais e, se assim acontecer, esta concepção de economia solidária estaria fadada ao fracasso.

Para evitar tal malogro seria necessário construir um sistema de geração e difusão de conhecimento para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da economia solidária. Fariam-se indispensáveis medidas que favorecessem uma economia inclusiva, assim como estratégias de proteção da competição capitalista por meio da motivação do consumo solidário, aumentando a demanda por bens e serviços provenientes de empresas solidárias.

Em contrapartida, o próprio Singer (2008) alerta que, ao proteger as pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade. Tal proposta teria sentido se as unidades produtivas e as comunidades de compra solidária se integrassem em rede e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevacentes na economia capitalista.

1.4 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

A instalação de cooperativas no Brasil inicia-se com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente do grupo de imigrantes italianos anarquistas no início do século XX, num período marcado principalmente pelo enfraquecimento das greves anarquistas e o fortalecimento de comunistas no movimento operário (DOMINGUES & TEIXEIRA, 2007).

No ano de 1929 foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), sob controle de comunistas, cuja concepção política orientou o movimento operário no país até o golpe militar em 1964. Neste período o foco do movimento passa a ser a luta política, enxergando nas cooperativas apenas um instrumento de ação. Em contrapartida, a ditadura getulista formulou as primeiras leis de regulamentação do cooperativismo no Brasil em 1971, colocando limites ao seu desenvolvimento por meio de forte controle do Estado sobre seu funcionamento.

Ainda segundo Domingues e Teixeira (2007), na área rural predominou um cooperativismo sob o poder de grandes produtores e tutela do Estado, pouco se diferenciando das grandes empresas. A gestão passou a ser cada vez mais centralizada e controlada por técnicos orientados exclusivamente por critérios econômicos que, tendo como horizonte a modernização da agricultura, culminaria na chamada revolução verde. Nas décadas de 1970 e 1980 a exclusão de agricultores familiares levou à ação de sindicatos, igrejas e ONGs na construção de um novo tipo de organização, autônoma e democrática orientada para população excluída da produção, migrante e de baixa renda.

Os esforços dos movimentos sociais em conter a diminuição dos empregos e a deterioração das relações de trabalho culminaram em ações como a realizada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB-Cáritas), por meio de financiamentos de Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Os PACs visavam contribuir com ações capazes de promover o desenvolvimento sustentável, minimizando injustiças sociais e desigualdades econômicas pela vivência de novos valores, da solidariedade e da autogestão (DOMINGUES & TEIXEIRA, 2007). Desta forma as associações tornaram-se uma alternativa às restrições legais e burocráticas para a constituição de cooperativas. O associativismo cresceu muito próximo aos princípios do cooperativismo autogestionário, priorizando-se o

processo educativo e a participação democrática. Nos anos 1990 disseminaram-se novas formas de organização em todo o país, em regime de autogestão. Essas novas experiências adotaram diversas estratégias de ampliação de oportunidades de trabalho e de promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional, fortalecendo assim, as bases para um novo cooperativismo.

A partir deste período uma nova agenda política passa a ser pleiteada: reformas da legislação trabalhista tributária e cooperativista; a formação de redes locais de cooperação; a formação de novos canais de acesso aos mercados; e o apoio de políticas públicas.

Cada contexto local passa a definir as formas de organização mais adequadas a cada realidade, gerando uma grande diversidade de formas de organização e apoio. Os princípios que orientam a gestão destas novas cooperativas são frutos dos processos histórico e concreto de cada contexto social, econômico e cultural e dos projetos sociais e políticos de cada grupo social. Um desafio, segundo Domingues e Teixeira (2007) foi conviver com a racionalidade econômica capaz de promover o crescimento sustentável de inúmeras e complexas cooperativas.

1.5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A partir da primeira metade da década de 1990 o fortalecimento de ações solidárias e, conseqüentemente, o crescimento das discussões entre pesquisadores e estudiosos do tema, originaram duas linhas de debate sobre economia solidária. Uma a coloca como alternativa à economia capitalista dominante, a outra associa a economia solidária a um quadro necessário de alterações nas políticas de desenvolvimento nacional. Para ilustrar estas tendências Nöelle (2002) destaca a contribuição acadêmica na elaboração e no apoio aos arranjos socioeconômicos como alternativa ao desemprego e à exclusão social, no formato de políticas públicas. Já Singer afirma que a Economia Solidária é uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (CUT, 1999, p. 20). Afirma também que mais do que mera resposta à “incapacidade” do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar, é uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc, uma vida melhor (SINGER, 2002a, p.114).

Essas análises apontam para uma realidade que se faz cada vez mais presentes. Alternativas econômicas de diferentes formas surgem a cada momento em resposta a diferentes realidades. Nesse contexto as cooperativas resultantes da tomada e da recuperação de fábricas em processo falimentar pelos trabalhadores ganham visibilidade. Também no início da década de 1990, mais precisamente em 1994, a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG) e o desenvolvimento de metodologias para implantar “empresas autogeridas”, segundo os princípios gerais da economia solidária contribuíram para a criação e ampliação da rede de incubadoras (DAGNINO, 2001).

A ANTEAG assessora econômica e juridicamente estes empreendimentos por meio do trabalho de técnicos da Associação e dos mecanismos de acesso que foram sendo conquistados junto às instituições financeiras e de crédito. Ademais, o apoio da Associação torna-se importante, sobretudo quando os débitos trabalhistas encontram-se envolvidos nas negociações para a aquisição da empresa. O modelo de autogestão da ANTEAG articula elementos ideológicos decorrentes de práticas anticapitalistas, onde a gestão da empresa é exercida por meio da participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões e no controle dos meios de produção (FARIA², 2005).

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) atendem grupos comunitários que pretendem trabalhar e produzir juntos. Desde 1999 constituem uma rede de troca de informações e experiências, a fim de aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional da economia solidária. A Unitrabalho desde 1997 segue agregando e articulando dezenas de instituições de ensino superior no país para o desenvolvimento de projetos em torno dos eixos: educação e trabalho; relações de trabalho e emprego; economia solidária e desenvolvimento sustentável (DOMINGUES & TEIXEIRA, 2007).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS possibilitou

2 *Autogestão, cooperativa, economia solidária: mutações do trabalho e do capital?* GT 23 - Sociologia Econômica. Anais do 27º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

a organização de duas centrais de cooperativas: A ECOSOL, um Sistema Nacional de Cooperativa de Economia de Crédito Solidário constituído por cooperativas de créditos singulares, postos de atendimento aos cooperados, bases de apoio e cooperativa central de crédito; e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL) que, constituída e dirigida por sócias e sócios dos empreendimentos filiados, é responsável por organizar, representar e articular cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária no país. A ADS incentivou também a constituição dos complexos cooperativos. Essa ideia, que se inicia nos anos de 2003 e 2004, tem por objetivo a formação de cadeias produtivas a fim de facilitar a comercialização de produtos, garantindo a subsistência das cooperativas.

Outro importante marco na história das cooperativas no Brasil foi a fundação Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que, junto aos seus parceiros, incentiva a criação de empreendimentos solidários, promovendo qualificação, ferramentas de gestão e meios de valorizar e possibilitar o acesso a um mercado justo e solidário (SEBRAE, 2003). Mesmo que esta definição seja motivo de controvérsias, não pretendo discorrer aqui sobre os impactos da atuação do SEBRAE na atividade; seria necessária uma monografia completa.

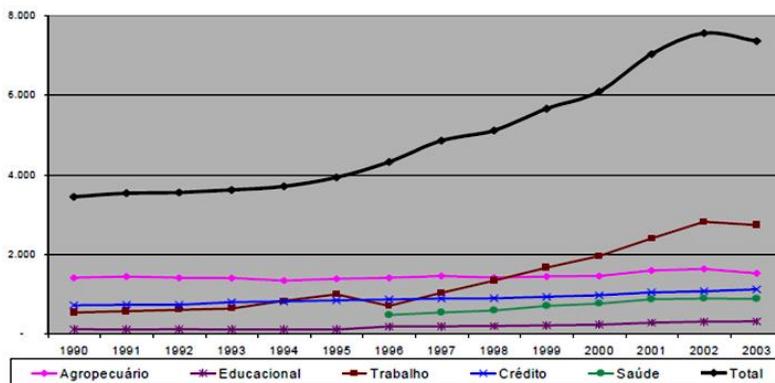
Concomitante a estes acontecimentos, o diálogo entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), formado por representações dos movimentos sociais e entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva possibilitou a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo. Assim, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), a fim de viabilizar e coordenar a atividade no território nacional, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. O economista Paul Singer, referência na área, foi nomeado secretário da SENAES (DOMINGUES & TEIXEIRA, 2007).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), entre 1992 e 2003 o número de pessoas desocupadas cresceu 3,6 vezes mais do que o número de pessoas ocupadas, passando de 7% do total de pessoas no mercado de trabalho em 1992

para 10% em 2003. O aumento do número de trabalhadores com carteira assinada foi menor do que o número de trabalhadores autônomos³, agrupando cerca de 3,7 milhões de pessoas durante o período indicado, embora provavelmente sejam, na maioria, empreendedores individuais. Os dados apontados pelo PNAD/IBGE levam à constatação de que até o ano da constituição da SENAES, o crescente número de pessoas desocupadas e autônomas tornou ainda mais legítima a mobilização dos movimentos sociais na luta por políticas públicas adequadas a tal realidade.

Outro dado interessante, que fomentou a criação da SENAES, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), é a taxa de crescimento do número de cooperativas existentes no Brasil. Os dados abaixo correspondem ao crescimento de cooperativas segundo principais ramos de atividade, registradas na OCB de 1990 até 2003.

Evolução do número de cooperativas – 1990 a 2003



Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB – dez/2003

Em pesquisa mais recente desenvolvida pelo Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES)⁴ no ano de 2007, foram contabilizados 63.497 empreendimentos solidários, sendo na Região

3 Na categoria “trabalhador autônomo” no levantamento realizado pelo PNAD/IBGE no período indicado somam-se também os trabalhadores associados e cooperados.

4 O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Nordeste 27.147, na Região Sudeste 12.626, na Região Sul 10.179, na Região Norte 6.782 e na Região Centro-Oeste 6.763.

Diante do crescente número de empreendimentos e das políticas direcionadas ao incentivo e ao fomento da economia solidária, a atividade passou a se organizar em uma complexa rede estrutural. Abaixo segue um sociograma para melhor ilustrar as frentes de atuação e as redes consolidadas:

Sociograma da economia solidária no Brasil



Fonte: Atlas da ES no Brasil, 2005. <http://www.fb.es.org.br>

Analisando a estrutura apontada, o autor França Filho (2007) identifica quatro categorias de atores ou instâncias organizativas que compõem o campo da economia solidária no Brasil. São eles: 1) *Empreendimentos Econômicos Solidários* (EES), que correspondem, segundo o SIES, as organizações coletivas supra familiares tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes, cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural, que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos

resultados. São permanentes e realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário. 2) *Entidades de Apoio e Fomento* (EAF) que, segundo o SIES são compostas de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária. 3) *Formas de Auto-organizações Políticas* (FAP) que, representadas por redes e fóruns de economia solidária discutem assuntos variados e elaboram estratégias de ação. 4) *Instâncias Políticas do Estado* (IPE). As IPE representam, segundo o autor, uma nova institucionalidade pública do Estado. Fazem parte dela secretarias e diretorias de governos, das quais se destacam a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Apresento a seguir uma breve introdução acerca de uma das principais características dos EES, a autogestão, possibilitando assim, um ponto de partida para as discussões que apresentarei nos próximos capítulos. Para tanto, sigo dialogando autores que trabalham com os conceitos de heterogestão e de autogestão, analisando este último dentro de seus limites.

1.6 A AUTOGESTÃO E OS SEUS LIMITES

A principal diferença entre empresas que exercem a autogestão e empresas que exercem a heterogestão está no modo como elas são administradas. A empresa capitalista aplica a heterogestão por meio de uma administração hierárquica, composta por níveis de autoridade. Neste modelo, as informações e consultas ocorrem de baixo para cima, sendo que as ordens e as instruções ocorrem de cima para baixo. Assim, na medida em que os cargos ascendem na escala hierárquica, aumenta o grau de consciência que o trabalhador passa a ter em relação às atuações e à gestão da empresa, assim como também maiores as exigências em torno das responsabilidades e das iniciativas por parte deste. O principal objetivo desta forma de gestão é extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

No modelo de autogestão a compreensão das etapas de produção e de gestão não se encontram organizadas de forma hierárquica. O ideal proposto neste modelo seria a tomada de decisões por meio de assembleias. Quando a empresa possui grande

porte e grande número de sócios, estes elegem delegados por seção ou departamento para deliberarem em seu nome. Decisões de rotinas são de responsabilidade dos encarregados ou gerentes escolhidos pela diretoria que, por sua vez é escolhida pelos sócios. Neste caso, as ordens e funções ocorrem de baixo para cima e as informações de cima para baixo. Singer (2002b) descreve de forma breve o funcionamento de uma cooperativa autogestionária:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave desta proposta é a associação entre iguais ao invés do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos (SINGER, 2002b, p.10).

Na citação acima, o termo autogestão é utilizado como sinônimo de cooperativa ou de associação. Ao não levar em consideração os processos históricos que caracterizaram as cooperativas torna-se difícil a distinção entre os termos e, por isso, entre as práticas que lhes consubstanciam. Além de existir uma grande diversidade de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a autogestão também possui níveis diferenciados.

A economia solidária compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto, da economia cooperativa ou social, sem, no entanto confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados. Na realidade, a grande maioria das empresas apresenta graus variados de autogestão, não apenas de cooperativa para

cooperativa, mas para a mesma cooperativa em diferentes momentos (SINGER, 2002b, p.3).

Segundo Armando Lisboa (2005) a autogestão é a característica que qualifica a economia solidária, no entanto se faz necessário admitir que ela, por si só, não pode definir o caráter solidário de uma atividade econômica. Outra característica que se espera consolidada por estes empreendimentos é a possibilidade da produção de novas relações sociais a partir do espaço de trabalho. Neles, como afirma Gaiger⁵ (2005), capital e trabalho encontram-se vinculados às mesmas pessoas, ou seja, aos trabalhadores associados. Reconciliam-se o trabalho e os demais fatores de produção no plano material, por meio da socialização dos recursos produtivos e no plano político pelos mecanismos de autogestão.

A autogestão, por meio das práticas que a envolvem, permite educar e transformar o comportamento dos sujeitos a fim de que suas ações sejam pautadas por outros princípios e valores ideológicos que não os hegemônicos da sociedade capitalista:

(...) A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002a, p. 21).

Para o autor, participar de um empreendimento autogerido não é apenas uma questão de interesses econômicos, mas envolve uma opção político-ideológica do trabalhador. A constituição de empreendimentos autogeridos não é apenas uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento e à pobreza, mas um conjunto de práticas que podem transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes.

A tabela abaixo pode auxiliar na compreensão e diferenciação dos dois modelos de gestão discutidos e também auxiliar na reflexão sobre as possibilidades da autogestão na incorporação de novos princípios pelos sujeitos que dela participam.

5 *A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

Diferenças entre empreendimentos autogeridos e heterogeridos

AUTOGESTÃO	HETEROGESTÃO
1. Propriedade coletiva	1. Propriedade privada
2. Cooperação	2. Competição
3. Relações solidárias	3. Relações individualistas
4. Coletivismo	4. Individualismo
5. Compartilhamento total de poder	5. Poder concentrado com os gestores
6. Democracia com participação plena	6. Autoritarismo ou formas parciais de participação
7. Autonomia dos trabalhadores	7. Alienação dos trabalhadores em relação ao processo produtivo e de tomada de decisão

Fonte: GUIMARÃES et al., 2004

Segundo Singer (2008) é importante salientar que o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, expresso pela recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Segundo o autor, em geral, não é a direção que sonega informações, mas sim os sócios que depositam um voto de confiança à direção para que esta decida em seus lugares. Outro ponto destacado diz respeito às decisões, pois algumas destas precisam ser tomadas de forma breve, tornando as assembleias apenas informativas dos fatos consumados. Isso pode levar a uma situação em que um ciclo seletivo de responsáveis formula propostas que são aprovadas pelos sócios sem reflexão e discussão, como que “por inércia”.

Marília Veríssimo Veronese⁶ (2007) também aponta a presença de contradições importantes nos coletivos autogestionários dos empreendimentos pertencentes à economia solidária. Em pesquisa publicada na SBS ela identificou a presença de altos níveis de participação política e de apropriação do sentido da solidariedade nas práticas econômicas/produtivas/comerciais/organizacionais; de uma nova forma de viver, uma ruptura com o passado de trabalhador explorado, um novo modo de vida e a emergência de um sujeito em

6 *As possibilidades de constituição de uma liderança autogestionária em empreendimentos econômicos solidários*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

busca da emancipação. No entanto, encontrou também desconhecimento dos princípios norteadores da autogestão e da cooperação. Destaca a passividade expressa na espera que os sócios-gestores tomem todas as decisões e representem o empreendimento nos eventos do setor entre outros, descaracterizando a autogestão. A autora aponta que esta realidade, refletindo o despreparo dos sujeitos para exercer uma postura autônoma é típica de uma sociedade fragmentada e desigual, onde as oportunidades de formação profissional estão concentradas no topo da pirâmide social.

O trabalho de Roseny de Almeida⁷ (2007) também identifica a falta de experiência em gestão compartilhada pelos trabalhadores. O desdobramento histórico do modelo capitalista de produção nunca propiciou esse tipo de vivência, sendo que aos trabalhadores sempre coube executar ordens, sem participação no planejamento. Assim, há uma tendência de se reproduzirem as metodologias empresariais pautadas na hierarquização e na centralização. Os processos participativos também demandam mais tempo e paciência na construção dos consensos e, quando consensos não são possíveis, a falta de respeito pela posição divergente é um fator complicador. Segundo conclusões da autora, o que falta ainda é estabelecer instrumentos capazes de promover a implementação da gestão participativa, por meio da formação dos trabalhadores e somada ao exercício da atividade prática.

Outro fator importante levado em consideração nas atividades desenvolvidas por empreendimentos autogestionários é apontado por Lucas Rodrigues Azambuja⁸ (2005) em seu trabalho. A heterogeneidade ideológica entre trabalhadores de cooperativas autogeridas na maioria dos casos é consequência da relação destes trabalhadores com outras circunstâncias que podem influenciar sua experiência de trabalho. Tais variáveis podem ser: gênero, status socioeconômico da família, raça, escolaridade entre outras que se relacionam aos valores dos indivíduos. É fato também que muitos dos sócios e participantes da economia solidária se inserem nela para fugir da pobreza e se reinserir na produção social. Muitos não

7 *Gestão e participação na Cooperativa Pindorama*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

8 *Os Valores da Economia Solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogerida*. GT23 - Sociologia Econômica. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a apenas para participar da cooperativa. Tal carga alienante é sacudida quando uma pessoa se envolve em lutas emancipatórias, desafiando a ordem vigente e modificando o comportamento social. Assim, tem-se observado que nas empresas solidárias, a autogestão se pratica mais autenticamente quando os sócios são militantes sindicais, políticos ou religiosos.

Contudo, a autogestão só tem sentido quando se torna tão importante quanto a participação política nos assuntos do bairro, da cidade e do país. A luta econômica e a luta política estão unificadas, sendo que o exercício político pelos trabalhadores pressupõe o fim da sua escravização social. Portanto, a emancipação dos trabalhadores deve ser obra própria (FARIA, 2005).

Por fim, após ter empreendido esforço em contextualizar a emergência da economia solidária no Brasil por meio dos avanços e limites de uma das suas principais características, passo a descrever a minha escolha metodológica, bem como os métodos que utilizei na elaboração deste trabalho de pesquisa.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 PENSANDO A PESQUISA CIENTÍFICA

Segundo Quivy & Campenhoudt (1992) a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais tem como pressuposto subsidiar, por meio de técnicas e métodos, estudos que buscam compreender questões relativas ao âmbito social, na tentativa de descrever e explicar os fenômenos observados. Dentre as diferentes abordagens existentes na pesquisa qualitativa, utilizei para a realização desta investigação científica a abordagem interpretativa.

O objetivo deste trabalho consiste em investigar as atuais contribuições para o debate pelas Ciências Sociais acerca da economia solidária no Brasil, verificando seus avanços e suas insuficiências dentro do espaço acadêmico, por meio do recorte espaço/temporal que descreverei a seguir. Para tanto, foi selecionado como método de investigação científica a revisão bibliográfica, o que caracteriza a pesquisa como simples/básica ou bibliográfica.

O recorte temporal foi estabelecido entre 2003 e 2011. Importante lembrar, como já foi colocado anteriormente, que em 2003 foi criada a SENAES, sendo este ano um considerável marco para a atividade da economia solidária. Procurei então realizar a investigação contemplando as discussões realizadas a partir da criação da SENAES por compreender a importância dos reflexos institucionais na atividade, e conseqüentemente, nas investigações científicas que abordam esta temática.

Os espaços definidos foram a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), que promove bi-anualmente o Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), cujos encontros realizam-se anualmente. Estes dois canais foram escolhidos como fontes de dados pela sua relevância e alcance no âmbito científico. Todos os trabalhos publicados nesses espaços, no período de tempo relatado, e relacionados à economia solidária foram selecionados e analisados. Tendo em vista a magnitude que tais trabalhos representam, acredito assim reconstruir as maneiras pelas quais esta realidade social é interpretada por este grupo social (BAUER & GASKELL, 2003).

O critério de seleção não foi por palavras chaves, e sim o de abordar ou não a temática. O objetivo foi realizar um levantamento de todas as discussões/abordagens promovidas nos espaços mencionados.

Exceções dirigem-se aos trabalhos correspondentes aos anos de 2003, 2006, 2007 e 2008 da ANPOCS, uma vez que a indisponibilidade dos arquivos digitais completos no site das instituições e a indisponibilidade dos arquivos impressos nas bibliotecas central e setorial da UFSC implicaram no acesso apenas dos resumos.

Para analisar os trabalhos selecionados optei pelo método da Análise de Conteúdo (AC). Segundo Roque Moraes (1999) a AC tem origem no final do século passado e vem se desenvolvendo ao longo dos últimos 50 anos. Orientada inicialmente pelo paradigma positivista por meio da objetivação e da quantificação, tem atingido novas possibilidades ao integrar a investigação qualitativa de mensagens e informações.

Tal método de investigação é marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto. De certo modo, a AC é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra, pois toda leitura se constitui numa interpretação (MORAES, 1999).

A utilização da AC nesta pesquisa assumiu dois rumos. Primeiramente, por meio de uma análise quantitativa simples procurei verificar no texto dos trabalhos, a distribuição por região da produção acadêmica das instituições de ensino superior relacionada à economia solidária, assim como a distribuição dos estudos de caso nas regiões do país. Como sistematização dos dados, trago mais adiante a quantificação, bem como gráficos ilustrativos a fim de evidenciar as relações descritas.

Contudo, a análise mencionada acima pode ser considerada secundária nesta investigação. Na medida em que realizei as leituras e identifiquei os argumentos e as ideias neles expressos, algumas possibilidades de categorização do material foram sendo identificadas. Mais adiante explicarei a maneira encontrada para melhor expor os conteúdos destes trabalhos. Também por meio da AC estabeleço um diálogo entre as diversas contribuições das Ciências Sociais na abordagem da economia solidária por meio da construção de diferentes modelos teóricos de análise pelos autores.

Reconhecer e compreender as problemáticas investigadas por pesquisadores pode servir para avançar as discussões, a partir da identificação de suas insuficiências no espaço acadêmico. Espero, portanto, colaborar com autores que se dedicam ao estudo do tema, assim como subsidiar outros trabalhos científicos. Aqui também

saliente que o esforço e o empenho empregados no desenvolvimento deste trabalho terão continuidade em minha dissertação de mestrado. As análises contidas neste texto subsidiarão a futura pesquisa por meio da revelação de problemáticas ainda não trabalhadas ou trabalhadas de forma insuficiente.

2.2 A SBS E A ANPOCS

A compreensão da importância da revisão bibliográfica sobre a economia solidária abriu um leque de possibilidades de investigação a partir dos muitos espaços acadêmicos existentes onde a temática é trabalhada. Num primeiro momento constatei a necessidade de se investigar, para além da realidade brasileira, a realidade Latino Americana da produção acadêmica sobre economia solidária. Uma rápida investigação sobre a temática na Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho (ALAST), por exemplo, indicou que as possibilidades da revisão bibliográfica pretendida se ampliariam. No entanto, as limitações do trabalho e o tempo de elaboração me levaram a optar por um recorte que priorizasse as discussões no Brasil apenas. Foram selecionados para a elaboração deste trabalho os congressos organizados pela SBS e pela ANPOCS. Essa decisão baseou-se na relevância que estes possuem no cenário acadêmico atual e na importante troca de conhecimentos possibilitado nestes espaços. A seguir, trago um breve histórico das instituições a fim de minimamente contextualizar suas atuações e contribuições para as discussões científico/tecnológicas no país.

Segundo informações disponibilizadas no site da SBS, a sociedade foi fundada em 1937, primeiramente como uma sociedade estadual – Sociedade Paulista de Sociologia – rebatizada e transformada em sociedade científica atuante em escala nacional e internacional em 1950, como Sociedade Brasileira de Sociologia. Não possuindo fins lucrativos, busca reunir institucionalmente pesquisadores brasileiros atuantes nas áreas de sociologia, Ciências Sociais e afins. Os congressos, realizados com regularidade bi-anual, são marcados pelo constante debate e interação da pauta acadêmico-científica com questões relacionadas ao desenvolvimento do país. Constituí, portanto, a maior reunião científica brasileira na área das Ciências Sociais, ocupando também o lugar de mais importante evento da área de Sociologia stricto sensu.

Possui como missão estimular o ensino e a pesquisa em Sociologia e desenvolver iniciativas voltadas ao desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais no país.

A produção sociológica brasileira tem conseguido refletir de forma rigorosa sobre a realidade do país. Nesse percurso, os Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia ocupam papel destacado. Temas como as novas tecnologias e suas implicações sociais; os significados das estatísticas sociais; desigualdades sociais, pensamento social, as mudanças no empresariado; as atuais concepções de ciência; o novo papel do Estado; a formação de novos atores sociais; a violência urbana e rural; a democracia e a cidadania; as discriminações de raça e de gênero; os problemas da educação; as transformações no mundo do trabalho urbano e rural; as metamorfoses da cultura; o problema da saúde coletiva; meio ambiente; o papel das religiões; dentre outros, fazem parte da pauta de pesquisa e preocupação dos sociólogos brasileiros (SBS, 2012).

Ainda de acordo com apresentação institucional da SBS, ao reunir um público médio de três mil participantes, composto predominantemente por docentes, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação, em diferentes etapas de suas carreiras acadêmicas, além de professores da rede de Educação Básica, gestores e formuladores de políticas públicas, gestores privados e representantes do chamado terceiro setor, provenientes de todas as regiões do país, os Congressos Brasileiros de Sociologia ofertam momentos privilegiados para o intercâmbio científico, a divulgação de pesquisas de ponta e o debate.

A ANPOCS, como entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1977, atua na representação e aglutinação dos centros de pesquisa e programas de pós-graduação que operam no campo das Ciências Sociais no Brasil. Tem como objetivo maior promover o ensino, a pesquisa e a divulgação de conhecimento científico nacional na área das Ciências Sociais, articulando, por meio de representação, liderança e apoio à consolidação institucional, a produção da comunidade acadêmica brasileira com a agenda de

questões em debate na sociedade brasileira (ANPOCS, 2012). Mantém enquanto foco de atuação:

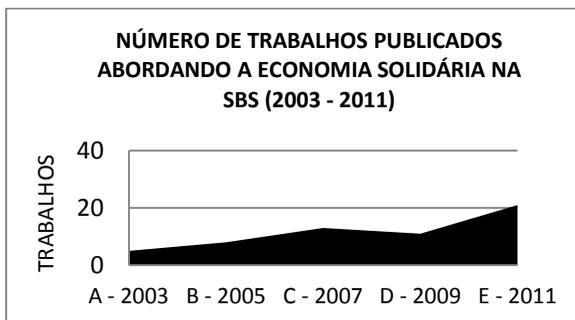
- 1 - Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa brasileira no âmbito das Ciências Sociais;
- 2- Incentivar os cientistas sociais brasileiros a contribuírem para a análise dos problemas do desenvolvimento brasileiro;
- 3- Promover reuniões científicas, objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os associados de associações similares brasileiras ou estrangeiras;
- 4- Desenvolver a divulgação de estudos em Ciências Sociais;
- 5- Agir no interesse dos órgãos associados e representá-los junto a órgãos públicos e privados (ANPOCS, 2012).

Após este breve histórico das instituições, exporei a seguir alguns dos dados encontrados a partir da leitura dos trabalhos investigados.

2.3 OS TRABALHOS INVESTIGADOS

A partir da análise quantitativa dos trabalhos selecionados, pretendi verificar de que maneira a investigação da economia solidária tem despertado a atenção dos pesquisadores no Brasil.

A pesquisa contou com a investigação de 76 trabalhos, sendo 57 publicados nos anais da SBS e apenas 19 publicados nos anais ANPOCS. Observa-se que desde o marco temporal escolhido para esta investigação – a criação da SENAES – o tema despertou o interesse de pesquisadores em todo o Brasil, tendo aumentado significativamente o número de estudos acerca do fenômeno desde então.





Importante ressaltar que no ano de 2004 não foram publicados trabalhos referente à temática na ANPOCS e no ano de 2006, como já declarado anteriormente, não foi possível ter acesso aos arquivos completos. Os resumos dos dois trabalhos publicados em 2006 não traziam as informações necessárias para a composição do gráfico.

Com relação à representação das instituições de ensino superior contabilizei 15 trabalhos sem esta informação. Os 61 restantes ficaram distribuídos da seguinte maneira, segundo divisão regional:



Observamos acima a expressiva participação das regiões Sul e Sudeste na produção científica. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntas somam 25% dos trabalhos publicados sobre economia solidária nos dois encontros investigados. Segundo dados levantados pelo SIES no ano de 2007, o número de EES possuía maior expressão na região Nordeste do país:

Região	Quantidade
TOTAL	21.859
Região Norte	2.656
Região Nordeste	9.498
Região Sudeste	3.912
Região Sul	3.583
Região Centro-Oeste	2.210

Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/tabcgi.exe?QtdEES.def>

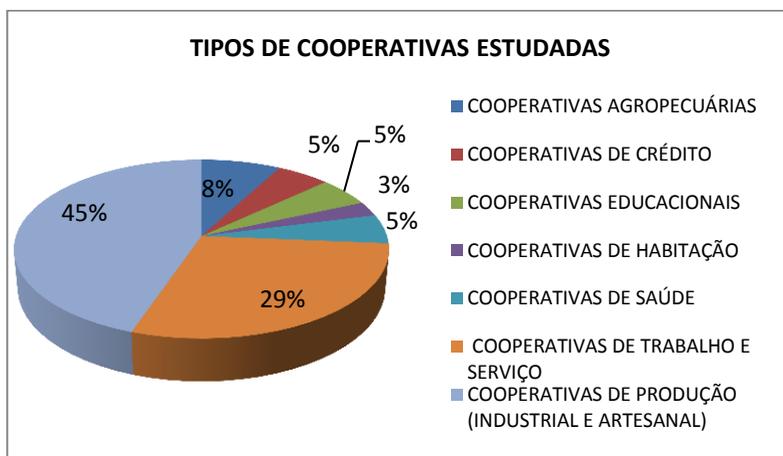
No entanto, pode-se observar que os estudos acadêmicos acerca desta realidade são produzidos de forma mais significativa nas regiões Sul e Sudeste do país. Existem diversas variáveis que podem justificar a contradição entre os dados apresentados, mas, no universo pequeno da amostra tratada, torna-se problemático inferir ou fazer generalizações. Por este motivo procurei realizar nesta sessão o cruzamento simples entre os dados obtidos, de modo a não empreender uma conclusão precipitada ou insuficiente.

De acordo com a investigação, dos trabalhos que se dedicaram ao estudo empírico, ou seja, ao estudo de caso, 8 foram realizados a partir de realidades da região Sul do Brasil, 16 da região Sudeste, 2 da região Centro-Oeste, 3 da região Norte e 5 da região Nordeste do país. Assim, podemos observar que não somente as instituições de ensino superior representadas são expressivas nas regiões Sul e Sudeste, como também o recorte espacial realizado por estes pesquisadores na elaboração de estudos de caso encontram-se expressivamente nas mesmas regiões.

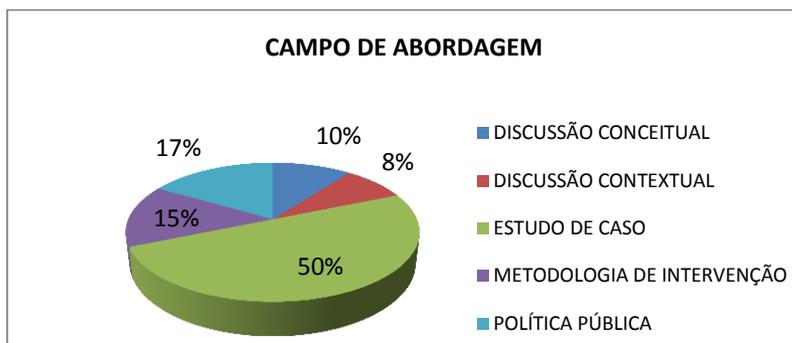
A seleção dos trabalhos para a realização da pesquisa foi alcançada por meio da triagem de grupos de trabalho (GT), mesas redondas (MR), simpósios temáticos (ST) e fóruns realizados nos encontros promovidos; pela ANPOCS e pela SBS. Dentre estes temos o GT *Dádiva, política e novas formas associativas*, GT *Sindicatos e ações coletivas*, GT *Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* e MR *Perfil e dinâmica dos empreendimentos de economia solidária*, no ano de 2003. Já no ano de 2005 encontrei trabalhos referentes à temática no GT *Desenvolvimento, trabalho e gestão*, no GT *Cidades - Sociabilidades, cultura, participação e gestão*, no GT *Sociologia econômica, no GT Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea*. Em 2007 localizei nos GT *Sindicato, trabalho e ações coletivas*, GT *Trabalho, precarização e políticas públicas*, no ST *Sociologia*

econômica, no ST *Teoria social: a atualidade brasileira*. Em 2008 no GT *Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea* e no GT *Desigualdades: dimensões e evoluções recentes*. No ano de 2009 foi possível localizar no GT *Sindicato, trabalho e ações coletivas*, GT *Precarização, solidarismo e políticas no mundo do trabalho*, no GT *Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea*, e no Fórum *Múltiplas faces do trabalho precário*. Em 2010 no ST *Trabalho, sindicatos e identidades sociais* e, finalmente em 2011 no GT *Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva*.

Dos trabalhos publicados, alguns procuraram, além de fazer uma reflexão teórica sobre o assunto, realizar um estudo de caso, como relatei acima. Em alguns deles foi possível verificar mais de um estudo de caso, o que justifica a divergência dos números que apresentarei a seguir com os números mencionados anteriormente. Oito artigos procuraram abordar a noção de trabalho cooperado dentro de associações. Cinco apenas dedicaram-se ao estudo de fábricas recuperadas, e o restante, 23, à formação e à consolidação de cooperativas. Dentro deste último assunto, encontrei três artigos tratando de *cooperativas agropecuárias*, dois de *cooperativas de crédito*, dois sobre *cooperativas educacionais*, um sobre *cooperativa de habitação*, dois trabalhos sobre *cooperativa de saúde*, 11 trabalhos referente a *cooperativas de trabalho e serviços* e 17 trabalhos sobre *cooperativa de produção* (industrial e artesanal).



As abordagens utilizadas, cuja distribuição será melhor explorada no próximo capítulo, ocorreram da seguinte maneira:



Alguns dos autores, que tiveram seus trabalhos publicados nesta revisão bibliográfica se limitaram a apresentar dados, no entanto a grande maioria incluiu elementos de análise e de interpretação, optando por um modelo teórico de análise da realidade. Assim, passando por esta rápida apresentação dos trabalhos estudados, darei seguimento à pesquisa pensando nas possibilidades de categorização dos campos de abordagem e mais adiante discutindo os modelos teóricos utilizados pelos pesquisadores.

2.4 CAMPOS DE ANÁLISE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Partindo da necessidade de organizar de forma sistemática os textos investigados, procurei referências em autores que se dedicam ao estudo da temática, a fim de criar um modelo de exposição dos principais pontos debatidos nas pesquisas exploradas. Num primeiro momento procurei compreender os processos vivenciados na constituição de um EES, e num segundo momento quais categorias poderiam auxiliar no processo de organização dos conteúdos tratados nos artigos.

Gaiger (2005) desenha o percurso dos inúmeros empreendimentos solidários no Brasil. O autor procura classificar em etapas os processos vivenciados pelos EES. São elas: a) a indivisão social entre o capital e o trabalho, peculiar aos empreendimentos de economia solidária, somada ao acionamento de circuitos relacionados à autogestão e ao trabalho cooperativo, configura-os como formas sociais de produção não capitalistas, dotadas de forças produtivas

específicas; b) essas formas de produção caracterizam-se pela presença de uma racionalidade assente na comunidade de trabalho, fundada em vínculos de reciprocidade, com forte conteúdo simbólico e projetivo, que passam a determinar os comportamentos e a diluir as fronteiras entre interesses individuais e coletivos; c) face à sorte ordinariamente reservada aos trabalhadores, a experiência sócio produtiva nos empreendimentos de economia solidária propicia novos processos de subjetivação, com importante sentido emancipatório; d) perdem, no entanto, obstáculos relevantes, derivados do contexto externo ou oriundos das novas contradições internas aos empreendimentos solidários, o que fragiliza as suas conquistas, sujeitando-as a retrocessos, e impõe a necessidade de fazer escolhas, que excluem certas possibilidades de desenvolvimento dos empreendimentos e de realização mais plena dos trabalhadores.

Compreendendo as diferentes etapas que os EES vivenciam, encontro em França Filho apoio para a categorização dos artigos selecionados. Segundo o autor (2007), as discussões relacionadas ao tema da economia solidária no Brasil dividem-se em diversas abordagens. No entanto, o recorte dado ao desenvolvimento de problemáticas seguem atualmente cinco possíveis abordagens, sendo que estas podem se somar e/ou originar outras novas.

Sendo assim, França Filho (2007) define-os da seguinte forma: a) *discussão conceitual*: um modo fecundo de conhecer o tema é tratá-lo no nível conceitual, o que permite importantes reflexões sobre o sentido do agir econômico em sociedade. Nesse nível, o tratamento da economia solidária pode caminhar através de diferentes abordagens, entre enfoques economicistas e olhares antropológicos. O intuito aqui é fortalecer a compreensão teórica do assunto; b) *discussão contextual*: neste nível a economia solidária é abordada a partir de sua manifestação concreta na realidade, como um problema de sociedade na contemporaneidade do capitalismo. Importa salientar como se situa o assunto em relação a outras questões cruciais da atualidade em diferentes contextos societários, como a crise do trabalho, a exclusão social e o combate à pobreza, a luta contra a desigualdade social e os modos de desenvolvimento local sustentável, etc. Busca-se aqui analisar a economia solidária como fenômeno e prática investigativa situada em contextos societários específicos; c) *estudo de caso*: neste nível, procura-se compreender a economia solidária enquanto fenômeno em si, a partir de suas práticas organizativas singulares. A ideia é entender sua dinâmica, partindo da análise de experiências

concretas na forma de estudos de caso; d) *metodologia de intervenção*: neste nível, a economia solidária é abordada como uma tecnologia social, ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. A ideia é discutir a economia solidária no nível da própria operacionalidade das iniciativas, no sentido da formatação de técnicas ou tecnologias sociais para o fomento de transformações sociais. O caráter do conhecimento aqui assume grau elevado de prescrição, no intuito de sugerir meios de intervenção na realidade; e) *políticas públicas*: esta é a modalidade mais recente de tratamento do assunto, que vem ganhando status de política pública em função das inúmeras experiências já disseminadas em diferentes partes do país, no interior das estruturas de governo, e também em outros países. Neste nível, discute-se o caráter desse gênero novo de políticas públicas, bem como seus efeitos e resultados alcançados.

Portanto, subsidiada por França Filho no que se refere aos seus critérios de separação e categorização dos campos de abordagem, passo para a próxima etapa desta pesquisa adotando um modelo para expor, de forma organizada, os conteúdos investigados.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A ELABORAÇÃO DO TEXTO

Neste momento empreendi o resgate de todos os principais aspectos dos textos lidos, organizando-os sob a inspiração dos autores tratados na sessão anterior. O objetivo aqui foi produzir uma síntese dos múltiplos textos pesquisados, trazendo em seu corpo as principais discussões acadêmicas sobre o assunto. Os fragmentos selecionados e utilizados para a sua composição foram devidamente adaptados, sem que se perdesse suas reflexões centrais, a fim de tornar a leitura mais prazerosa. Destaco as principais ideias e articulações, fazendo aparecer a unidade do pensamento de cada autor, quando em destaque, sendo, segundo Quivy & Campenhoudt (1992), esse o objetivo principal de textos criados a partir de leituras exploratórias. Reconheço que durante o processo de leitura e sistematização minha subjetividade enquanto estudante e pesquisadora inevitavelmente estiveram presentes. A capacidade de redigir bons resumos e textos é também uma questão de formação e de trabalho, dessa forma a sistematização que procurei realizar está estritamente ligada com meu saber tácito do fazer pesquisa. Como seres inacabados que somos, reconheço antecipadamente qualquer insuficiência que os mesmos possam trazer.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM CONCEITO

A palavra *solidária* deriva do vocábulo latino *sólidu*, significando força, união, adquirindo um sentido moral ao vincular-se à ideia da justiça e da união entre as pessoas para o bem comum (MANCE, 1999). Segundo Rosana Soares Campos e Rosângela Soares Campos⁹ (2005), é na força da solidariedade que a cooperação se sustenta, cria laços, compromissos e permite que o homem se enxergue enquanto ser social interdependente em uma rede de relações, a qual modifica na medida em que é modificado por ela. Para Lucas Rodrigues Azambuja (2005) a noção de solidariedade é diferente da simples cooperação, isto é, solidariedade remete à ideia

9 *A face perversa da Economia Popular Solidária: a exploração do capital nas relações de "trabalho solidário"*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

de um coletivo e não à simples soma de esforços individuais coordenados para um objetivo comum; a cooperação.

Raldianny Pereira dos Santos¹⁰ (2003) apresenta o conceito de solidariedade calcado numa compreensão humana de que o melhor para mim é também o melhor para o outro. Ressalta a necessidade da tomada de consciência de que a solução dos problemas individuais passa, necessariamente, pela solução dos problemas coletivos. A autora nos conduz a refletir sobre o conceito de solidariedade em torno da reciprocidade.

O princípio da reciprocidade funciona como elemento de convergência e de agregação dos indivíduos nos processos sociais. A reciprocidade faz parte do processo de sociabilidade e estruturação dos sistemas sociais e, enquanto modo de sociabilidade, remonta à dádiva, o clássico modelo elaborado pelo sociólogo francês Marcel Mauss, nas primeiras décadas do século XX.

(...) a dádiva produz a identidade e o reconhecimento de cada um em relação ao grupo, confirmando um sentimento de pertencimento reafirmado, constantemente, nas obrigações que compartilham. Ou seja, (...) um dom (presente) que não contribui em nada para enaltecer a solidariedade seria uma contradição (DOUGLAS, 1990, p. 232).

Segundo Luiz Inácio Gaiger¹¹ (2005) a dádiva não sumiu. Transformada, continua a vigorar na esfera das relações pessoais diretas, mas igualmente entre desconhecidos em função de catástrofes distantes, do sentimento de irmandade entre pessoas ou povos sujeitos às causas planetárias ou às simples regras de hospitalidade.

De acordo com Marilena Nakano (2003), as empresas que adotam a solidariedade como princípio possuem denominações como: empresa sem patrão, empresa de autogestão, cooperativa, entre outros. Os nomes podem revelar diferentes intencionalidades. Por exemplo, a denominação “empresa sem patrão” talvez tenha sido elaborada pela necessidade de chamar a atenção para as alterações nas relações de assalariamento a partir da abolição das figuras do empregador e do

10 *Dádiva e Solidariedade: perspectiva de mudanças no cenário sócio-político brasileiro*. GT03 - Dádiva, Política e Novas Formas Associativas. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2003.

11 *A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

empregado e das relações de submissão e exploração. A ANTEAG veiculou fortemente essa denominação. A autogestão aparece agora com uma característica que não existia no cooperativismo tradicional. Nakano observou, no seu trabalho publicado no ano de 2003, que as concepções em torno do tema ainda não estavam claramente definidas.

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar também que o conceito de economia solidária tornou-se objeto de disputas na esfera do conhecimento. Entre as formas econômicas que gradativamente vêm se reconhecendo é possível destacar características que apontam simultaneamente para solidariedade e para a democracia. No plano econômico o reconhecimento se dá por meio da socialização da riqueza e dos ganhos, e no plano político por meio da gestão compartilhada e democrática da atividade econômica. O duplo caráter, associativo e autogestionário, compõe o tipo ideal da forma econômica solidária (CUNHA¹², 2007).

Gaiger (2004) compreende a economia solidária como aquela capaz de subverter a lógica de produção de mercadorias e converter necessidades em fruição e bem-estar. Por meio de uma pesquisa em âmbito nacional, realizada entre 1999 e 2003 no Brasil, definiu-se como unidade de análise os empreendimentos econômicos solidários que giravam em torno de oito princípios que se espera virem internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (Neves¹³, 2009).

Os oito princípios do cooperativismo são baseados nos princípios das cooperativas fundadas no século XIX na Europa. Aqueles, considerando as especificidades históricas e geográficas do Brasil, abarcam a adesão voluntária do associado, a limitação da participação de cada associado naquilo que diz respeito ao número de quotas-partes, singularidade do voto, neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

12 *Políticas de Economia Solidária: da Regulação do Trabalho Assalariado ao Fomento do Trabalho Associativo*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

13 *Dinâmicas de trabalho na cidade: informalidade e autogestão*. Fórum 03 - Múltiplas faces do trabalho precário. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

Nakano (2003) define as principais características das iniciativas como: pluralidade de princípios econômicos; autonomia institucional; democratização dos processos decisórios; sociabilidade comunitária pública e finalidade multidimensional. Os estudos baseados nos princípios do cooperativismo dentro da economia solidária procuram trabalhar principalmente com a variável “autogestão”.

Gabriela Cavalcanti¹⁴ (2009) traz outra questão para o debate. Afirma que nem toda economia popular é economia solidária, embora uma grande parte da economia solidária no Brasil se situe no campo da economia popular. Diversos autores também reconhecem que o trabalho associado autogestionário não é a única opção dos setores populares para a crise do trabalho; há também o trabalho autônomo individual ou a unidade produtiva familiar.

Nesse sentido, é importante destacar dentro da discussão conceitual que as cooperativas populares são reconhecidas pela maioria das variantes teóricas da economia solidária. Tal constatação é afirmada na prática, quando se percebe que as cooperativas representam boa parte dos empreendimentos que constituem a economia solidária e que possuem características como as já citadas acima.

(...) a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2000, p. 13).

O cooperativismo popular desenvolve-se a partir de práticas que conduzem os trabalhadores de baixa renda e excluídos dos processos de mercado a praticarem a autogestão e a elaborarem novas

14 *Construindo a política nacional de economia solidária: dados de pesquisa para uma análise preliminar*. GT30 - Precarização, Solidarismo e Políticas no Mundo do Trabalho. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2009.

formas de produção, distribuição e consumo, obtendo renda e exercitando a cidadania. A cooperativa não é uma simples empresa para ocupar os trabalhadores, ao contrário, é um órgão administrativo de sustentação do exercício do cooperativismo popular (RICCI¹⁵, 2007).

Para Cláudio Roberto de Jesus¹⁶ (2005) o potencial revolucionário da economia solidária não se resume ao cooperativismo. Cabe destacar que há muito tempo o cooperativismo não significa necessariamente um movimento revolucionário, muito menos homogêneo. O movimento é hoje plural e carece de uma melhor interpretação.

Nesse sentido, José Raimundo de Souza¹⁷ (2005) procura investigar algumas associações de trabalhadores de catadores de materiais recicláveis. Afirma que cotidianamente inúmeras ações agregando catadores de papel são geralmente identificadas como “cooperativas de reciclagem”, embora se mantenham na informalidade ou se legalizem como associações. Para os catadores de papel, no entanto, a forma de associação permite a existência de vínculos socioeconômicos e culturais, fluxos de trabalho e outros recursos entre a economia em estruturação no empreendimento e as economias dos indivíduos e das famílias que o integram. Além de o gerenciamento ser mais simples e o custo do registro menor, as associações passam a ser uma opção para o equacionamento da falta de trabalho, de renda, a fim de diminuir os processos de marginalização social (SILVA¹⁸, 2007).

15 *Cooperativismo popular e a promoção da emancipação social*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

16 *Cooperativismo e economia solidária: alternativa ou paliativo*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

17 *Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem: os casos das Associações Chico Mendes e NORA e do grupo Nova Cotia Recicla da região oeste da Grande São Paulo*. GT02- Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

18 *Qualificação Social e Reconhecimento no Âmbito da Economia Solidária: um estudo sobre os catadores de recicláveis*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

Formalmente, as associações e as fundações são pessoas jurídicas organizadas para fins não econômicos, não sendo, portanto, os entes adequados ao desenvolvimento de atividades ligadas à economia solidária, onde existe cunho econômico. São conhecidas, portanto, como associações comunitárias (MONTEIRA & PANHOCA¹⁹, 2011). No entanto, o modelo da associação segundo Souza Santos (2005) representa uma forma de organização social que possui caráter econômico, caracterizando-se também por ser uma extensão das unidades domésticas dos indivíduos que a compõem e pela possibilidade de legalização da atividade. Não obriga o indivíduo a optar por sua família ou pelo empreendimento, afinal, são regidos pela lógica da reprodução ampliada da vida.

As maiores dificuldades encontradas pelos associados é a falta de linhas de crédito para associações econômicas. Os investimentos realizados pelas associações ocorrem na maioria dos casos em nome de um dos componentes da associação. Outra dificuldade se apresenta na comercialização da produção. De um lado temos os empreendimentos econômicos solidários, pequenos, de base associativa, que se constituíram pela participação e pela equidade, do outro lado temos empresas que se constituíram pela competição e eliminação de seus concorrentes. A disputa com as empresas capitalistas limita a economia solidária. Neste cenário, as associações econômicas possuem maiores dificuldades para continuar atuando, do que, por exemplo, as associações comunitárias (LUZ & SCHIOCHET²⁰, 2011).

Para Rosângela Marione Schulz²¹ (2005) as atuais associações constituem-se no novo associativismo, tendo como características principais a territorialidade e a solidariedade local. A partir da inserção de novos atores sociais no espaço das ações coletivas – atores oriundos de segmentos até então distantes das mobilizações que

19 *Aspectos legais fiscais e tributários - Desafios à formalização de empreendimentos solidários*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

20 *Associativismo em Lontras – SC*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

21 *Associações de trabalho e renda: novos espaços de democratização no Brasil*. GT01 - Cidades - Sociabilidades, cultura, participação e gestão. Anais do 27º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

marcaram a ação coletiva brasileira – foi possível consolidar essa nova formação. A mudança capacita esses atores sociais a atuar em questões ligadas a democracia, conjugando interesses diferenciados e agindo de forma conjunta.

O trabalhador típico associado e autogestor não é assalariado e nem compelido a vender a sua força de trabalho dentro da típica relação capitalista. Como dono do seu trabalho e detentor do resultado deste, suprime a mais-valia extraída do assalariamento e o trabalho alienado identificado por Marx. O trabalho associado recupera a integridade do trabalhador ao restituí-lo como ser social.

No processo dialético de fazer, pensar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é o princípio educativo e, ao mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores, é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho (TIRIBA & PICANÇO, 2004, p. 29).

Esta noção de trabalho evoca o conceito desenvolvido por Coraggio (2007) de economia do trabalho. O autor coloca o trabalho como categoria central de análise em detrimento do capital, ressaltando a nova significação do capital humano, que não se limita a ser insumo do capital, e sim uma categoria dialética com seu próprio sentido e dinâmica para a reprodução ampliada da vida (DOS ANJOS²², 2009).

O poliformismo dos empreendimentos solidários é inegável segundo Gaiger (2004). Sua atuação econômica abrange diferentes setores produtivos, envolve as mais diversas categorias sociais e comporta variadas formas de organização, de grupos informais e pequenas associações e cooperativas e empresas de médio e pequeno porte. Mencionem-se as associações rurais espalhadas em várias regiões do país, os grupos coletivos de produção nos assentamentos da reforma agrária, as empresas autogestionárias, as associações de coleta e triagem de resíduos recicláveis, as cooperativas de trabalho e de crédito, entre outros. No entanto, as sociedades cooperativas constituem-se no modelo básico de organização dos empreendimentos econômicos solidários, e são reguladas pelos artigos 1093 a 1096 do

22 *Possibilidades e Dilemas do Trabalho nas Cooperativas da Economia Solidária*. GT40 - Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

Código Civil Brasileiro, e pela Lei no 5.764, de 1971, responsável pela definição da Política Nacional de Cooperativismo e pela instituição do regime jurídico das cooperativas.

Rosa Luxemburgo (1986) afirmava que a perspectiva cooperativista apenas pode projetar-se como alternativa socialista nos ramos secundários da economia, ganhando sustentação mediante a constituição de cooperativas de consumo a fim de assegurar antecipadamente um mercado ou conjunto estável de consumidores. Só assim, subtraindo-se as leis do mercado, poderiam as cooperativas de produção superar a contradição entre o modo de produção e o modo de troca do capitalismo. Sem a resolução dessa contradição as cooperativas permaneceriam como instituições de natureza híbrida no interior do capitalismo, ou seja, uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista.

Singer (2003) reúne sob o conceito de economia solidária uma série de organizações de produtores, consumidores, poupadores entre outros, que se distinguem em suas ações por estimularem a solidariedade entre seus membros mediante a autogestão e pela prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos menos favorecidos. Este otimismo parece exagerado, pois mesmo não reproduzindo as relações capitalistas, no atual estágio do conhecimento, a economia solidária não ameaça a hegemonia do modo de produção capitalista (GAIGER, 2003). Mesmo assim, a economia dos setores populares dá sinais de vigor sendo amplamente praticada e discutida no continente Latino-Americano. Importante destacar a possibilidade de se:

(...) chegar a um sistema misto, composto de três subsistemas, um dos quais é o conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores. A este, nós vamos chamar de economia do trabalho, porque está centralizada no trabalho como seu principal recurso, ainda que não seja o único. Um subsistema cuja lógica não é a da acumulação nem do capital monetário nem do capital político, mas do capital humano: a reprodução ampliada da vida de todos (CORAGGIO, 2000, p. 12).

Coraggio (2003) acredita na superação do processo de fragmentação, resultante da massiva desocupação e precarização das cadeias produtivas, por meio da reunificação de movimentos de

desempregados, dos sem-terra, de trabalhadores assalariados, assim como de poupadores ou de pequenos proprietários ameaçados de expropriação pelo capital.

Assim, matrizes teóricas importantes elaboradas por Razeto (1999), Gaiger (2003, 2004, 2005) e Coraggio (2000, 2003, 2004) contribuíram na delimitação conceitual da economia solidária, principalmente na América Latina, onde a economia solidária tem sido interpretada como forma de resistência dos setores populares, por meio de iniciativas autônomas de produção e reprodução de meios de vida, à crise estrutural do trabalho e ao recuo das políticas sociais (CUNHA, 2007).

Quanto às fábricas recuperadas, Maurício Sardá de Faria (2005), por meio das análises das empresas Cipla/Interfibra, afirma que tais experiências vêm trilhando um caminho próprio, sem o estabelecimento de relações com as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da SENAES. A estatização destes empreendimentos não se encontra na pauta do Governo. Frente a tal posicionamento, trabalhadores prestes a ficarem desempregados assumiram as empresas falidas numa perspectiva coletiva e autogestionária, na forma jurídica de cooperativas. Na América Latina esses empreendimentos, conhecidos como “Empresas Autogestionárias” ou “Fábricas Recuperadas” foram frutos de diferentes contextos devido a política monetária, a legislação vigente e a mobilização dos trabalhadores de cada país. A década de 1990 confluiu no aumento das fábricas falidas, principalmente no Brasil e na Argentina, e conseqüentemente no aumento de empreendimentos coletivos na forma de cooperativas de produção.

Mesmo apontando para outra perspectiva de trabalho, as fábricas recuperadas, assim como outros segmentos da economia solidária sofrem pressões exercidas pelo mercado e pelo padrão de produtividade, que se impõem por meio da organização do trabalho, do avanço tecnológico e das condições de assalariamento da força de trabalho. Contradições e ambigüidades precisam ser devidamente consideradas para compreender o fenômeno e o potencial que detêm essas experiências no desenvolvimento de novas relações sociais de produção (SANTOS & SADER.²³, 2007).

23 *O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas.* GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

No trabalho de campo realizado por Maria Cecília Camargo Pereira²⁴ (2009), a autora aponta que o sindicato na economia solidária tem exercido um importante papel na recuperação desses empreendimentos. Contudo, a autora afirma que a continuidade desse apoio não estava sendo realizado de maneira efetiva. Os dados encontrados a partir do empreendimento estudado não possibilitaram visualizar a maneira como as organizações dos trabalhadores posicionavam-se a respeito. Dessa forma, é relevante afirmar que atualmente observam-se novas estratégias compondo os planos de ação dos sindicatos dos trabalhadores. Uma delas é a ampliação da discussão acerca dos empreendimentos solidários dentro da nova realidade do mundo do trabalho, sendo que bandeiras de lutas, como a redução da jornada de trabalho e o aumento do piso salarial, continuam ainda a serem agitadas.

3.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A DISCUSSÃO CONTEXTUAL

A pobreza, como resultado da desigualdade extrema, é imposta via mercado de trabalho, por meio de empregos pouco qualificados, por níveis salariais extremamente baixos e por meio da manutenção da taxa de desemprego. A pobreza não é resultante apenas da ausência de renda, mas está relacionada também ao acesso precário dos serviços públicos e, especialmente, à ausência de poder e de representação política (NEVES, 2009).

O pensamento neoliberal identifica o pobre como um fracassado, como uma pessoa incapaz de ter acesso ao emprego, seja porque não estudou, seja porque “fracassou ao longo da vida” por responsabilidade própria. Segundo Arlete Cândido Monteiro Vieira e Fabio Ricci (2007), os principais benefícios constatados com a participação em cooperativas autogestionárias estão relacionados às mudanças no comportamento e na leitura crítica da realidade pelos atores sociais envolvidos.

24 *Da subordinação à associação: o sindicalismo e a economia solidária*. GT 21 - Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2009.

De acordo com Benedito Anselmo Martins de Oliveira²⁵ (2005), quando o cooperativismo é recolocado no debate a fim de buscar alternativas às crises desencadeadas pelo liberalismo, ou seja, pelo desemprego, desigualdades e extrema pobreza, percebe-se que ele passa a ser também um instrumento destinado à formulação de uma nova proposta de desenvolvimento:

A partir de quando essa prática cooperativa contempla possibilidades de articulações com lutas políticas emancipatórias e reflete exemplos históricos, conduz ao que se pode chamar de cooperativismo popular, pois além de considerar os princípios básicos e históricos do cooperativismo, se aproxima das camadas populares da sociedade, ou seja, trabalhadores desempregados, em vias de desemprego, em situação precária de trabalho e daqueles que buscam alternativas de complementação de renda (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

Desta forma o autor afirma que a nova versão do cooperativismo, chamado de cooperativismo popular se apresenta como um dos campos onde se pode constatar a formação, a construção e o desenvolvimento de capital social, principalmente quando apresenta como “cimento” das redes articuladas na busca da minimização da exclusão social e da falta de trabalho (OLIVEIRA, 2005).

Oliveira aponta pelo menos dois desafios para o cooperativismo. Em primeiro lugar, a revisão dos seus princípios básicos, pois resgata sua versão original elaborada baseando-se na tese de que preferencialmente participariam das cooperativas os trabalhadores desempregados, de baixa renda e os excluídos dos sistemas de produção e consumo. Em segundo lugar, seu surgimento como um instrumento fundamental para inspiração teórica e doutrinária de uma possível “nova economia”.

25 *O Capital Social nas Cooperativas Populares e suas Relações com a Economia Solidária*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

Hieda Maria Pagliosa Corona²⁶ (2003) faz um resgate histórico do desenvolvimento agrário do sudoeste do Paraná. Discute a revolução verde e a agroindústria, e as alternativas que os trabalhadores necessitaram tomar para manter sua produtividade frente à concorrência no campo. Descreve o surgimento do programa de microcrédito do governo federal a partir de convênios entre a ASSESOAR e a CNBB/CPT/CUT/MST. Corona (2003) aponta que no contexto do campo a agricultura alternativa prioriza a não utilização de insumos químicos e o não manejo das máquinas degradantes. Não mais operando sob uma ótica puramente individual, mas coletiva, gerida e controlada pelos próprios agricultores junto a uma rede de comercialização da produção, buscou eliminar o “atravessador”, estabelecendo um contato direto entre produtor e consumidor.

Rosangela Marione Schulz (2005) traz, junto a demais trabalhos estudados no período estipulado nessa revisão bibliográfica, a discussão sobre gênero. Endossa a necessidade de gerar soluções imediatas de inclusão para segmentos marginalizados, e a necessidade de possibilitar às mulheres excluídas dos direitos mais básicos se tornarem efetivamente cidadãs. Aponta a emergência na geração de renda para estas mulheres, já que uma das exclusões a que estão submetidas é a entrada no mercado de trabalho formal, seja por baixa escolarização ou por ausência de capacitação profissional. Estas ações coletivas buscam também instrumentalizar tais mulheres para a atuação na sociedade por meio do conhecimento dos direitos, das diferentes discriminações e da luta contra a violência doméstica entre outros.

Nesse sentido, Neves (2009) constata que, ao atingir uma determinada faixa etária, acima dos 40 anos por exemplo, conseguir um emprego torna-se uma tarefa bastante complicada. O longo período sem ocupação, a baixa escolaridade e a pouca experiência são alguns dos fatores citados pelas suas entrevistadas como dificuldades encontradas para a inserção no mercado de trabalho formal. As mulheres entrevistadas em sua pesquisa encontram na reciclagem a tarefa do cuidado articulado a um status público e reconhecimento social. Essas mulheres enfrentam cotidianamente os entraves à

26 *As estratégias dos agricultores familiares do sudoeste do Paraná frente à modernização no campo*. GT03 - Dádiva, Política e Novas Formas Associativas. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2003.

igualdade entre os gêneros ancorados na divisão sexual do trabalho. É nesse cenário de dinâmica complexa que elas exercitam suas capacidades e ampliam suas perspectivas de vida.

Em contrapartida, Zilma Borges de Souza²⁷ (2007) pondera que os espaços criados por diversas iniciativas para parcerias entre sociedade civil e setor público possibilitam apenas a existência de uma “economia dos pobres”, levando à perpetuação da pobreza e de uma “economia defensiva” sem geração de riqueza.

Contudo, observa-se que a finalidade maior da economia solidária é a possibilidade do desenvolvimento sempre mais integral da pessoa e da comunidade. O progresso de uma nação pode ser medido pela realização das condições que favorecem a cada pessoa, a cada comunidade e a sociedade como um todo, um desenvolvimento integral, suficiente e sustentável (VIEIRA²⁸, 2009).

3.4 ESTUDANDO OS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Investigando os trabalhos que optaram por realizar um estudo de caso, observei que pensadores clássicos da sociologia estão sendo recuperados no debate sobre o terceiro setor e sobre a economia solidária. Parte destas pesquisas, principalmente as publicadas nos anos de 2003 e 2005, na ANPOCS e na SBS, dialogam com as ideias de Tocqueville sobre reciprocidade entre desiguais e Mauss sobre a economia da dádiva, incorporando a possibilidade da existência da lógica do dar-receber-retribuir, a serviço não somente do mercado, mas da coletividade que se forma em tempos de crises.

É exatamente essa lógica do “dar-receber-retribuir”, o dom, que, marcando a vida do grupo na empresa solidária, faz existir através de um ato voluntário, aparentemente livre, um contrato, uma obrigação. Como se cada trabalhador associado doasse um pouco de si, no início da empresa solidária e no decorrer

27 *Espaços urbanos e articulação de práticas coletivas através do trabalho*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

28 *Cooperativas populares – estudo teórico-metodológico sobre sua contribuição para a sustentabilidade*. GT30 - Precarização, Solidarismo e Políticas no Mundo do Trabalho. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2009.

do seu desenvolvimento, e criasse, através desse ato, a obrigação dos demais trabalhadores de retribuírem porque receberam a doação. Retribuição que não tem um tempo determinado para acontecer, mas como um contrato no interior de um sistema denominado por Mauss²⁹ (1999) de “sistema de prestação total” que faz a empresa solidária existir (NAKANO, 2003, p. 17).

Marilena Nakano (2003) elabora um estudo de caso em seis cooperativas do ABC Paulista com o intuito de investigar as relações sociais desenvolvidas dentro destas, bem como as que se reproduzem por sua consequência. As empresas solidárias estudadas pela pesquisadora constituíram-se por razões não mercantis, pois os laços que os trabalhadores mantêm com os diferentes atores revelam vínculos e uma rede de relações que permitiram que as empresas se tornassem realidade. Assim a aproximação de Nakano (2003) com o trabalho de Mauss foi possível diante da constatação das relações mantidas pelos sócios e sócias dos empreendimentos dentro da localidade e da dinâmica social existente.

De acordo com Cláudio Roberto de Jesus (2005), alguns estudos procuram relatar casos bem sucedidos de geração de emprego e renda e outros, a relação entre a economia solidária e novas formas de sociabilidade, baseadas em relações mais democráticas. O segundo grupo de estudos apresenta uma crítica ao sistema capitalista, destacando as metamorfoses do mundo do trabalho por meio de uma crise estrutural do sistema capitalista. No entanto, ressaltam que as experiências de cooperativismo, apesar de uma crescente discussão tornaram-se tímidas, ou mesmo ineficazes, dentro de uma perspectiva revolucionária. Nesse sentido, o autor aponta que diversos autores têm chamado a atenção para o grave problema das “coopergatos”, ou seja, cooperativas fraudulentas, que na verdade funcionam como fachada, de forma a burlar as leis trabalhistas por meio, principalmente, das cooperativas de trabalho. Desse modo, Rosana Soares Campos e Rosângela Soares Campos (2005) afirmam que mesmo assentada em bases comunitárias, no interesse coletivo, na descentralização do poder, a economia solidária não está imune à penetração do capital. A relação de produção típica do capitalismo é o assalariamento, mas muitas vezes o capital é produzido e reproduzido através de outras

29 MAUSS, Marcel. *O ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 1999.

relações. Esse último trecho demonstra certa incoerência com uma teoria clássica de perspectiva crítica. Uma relação capitalista, cujo assalariamento é a principal característica determina as relações sociais. No entanto, autores mais contemporâneos discutem novas relações de trabalho, ainda decorrentes de um modelo de produção que visa exploração e lucro, sem necessariamente implicar no assalariamento. Como exemplo, cito o agronegócio no Brasil que tem no trabalho familiar novas formas de exploração sem caracterizar o assalariamento³⁰.

Verifiquei também, por meio da revisão bibliográfica, o grande número de pesquisas publicadas que estabelecem um diálogo entre o trabalho feminino e a economia solidária. É notória a participação feminina em tais empreendimentos, pois, de toda mão de obra envolvida, 37% são mulheres, segundo SIES. Enquanto 9% das unidades produtivas são formadas exclusivamente por homens, 18% é constituída unicamente por mulheres. No entanto, há indicações de que a presença masculina se dá nas cooperativas mais consolidadas e que têm maior êxito, indica Leite (2011). A autora aponta a necessidade de se investigar, com maior profundidade, a razão da aparente relação entre a maior precariedade das condições de trabalho em cooperativas nas quais se observa a predominância da força de trabalho feminina (LEITE³¹, 2011).

A autora Elaine Amorim³² (2005) elaborou um estudo de caso no final da década de 1990 com a multinacional Levi Strauss do Brasil. A ideia da autora era investigar uma grande empresa que adotou a terceirização como principal estratégia de reestruturação. Via contratação de cooperativas, conteve os gastos dos passivos trabalhistas, revitalizou o trabalho domiciliar e as cooperativas de trabalho como uma nova modalidade de subcontratação. Portanto, para dedicar-se ao gerenciamento da própria marca, a filial brasileira

30 Tal argumentação pode ser encontrada em ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

31 *Cooperativas e trabalho: Um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo*. MR10. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011.

32 “AGORA NÓS SOMOS DONAS”? *Uma análise da cooperativa de trabalho como nova modalidade de terceirização em uma empresa de confecção*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

procurou no “cooperativismo” uma alternativa de baratear ainda mais o custo da força de trabalho.

Ainda segundo o estudo de Amorim (2005), a ênfase dada ao papel das trabalhadoras como “sócias” ou como “donas” da cooperativa delegava a elas a responsabilidade do cumprimento da produção de acordo com as metas e prazos. A administração então estimulou o controle do ritmo de trabalho das colegas como um comportamento a ser assumido por cada cooperada. Além disso, as costureiras cooperadas eram convencidas a estender a jornada de trabalho para além do horário de expediente e para os finais de semana ou feriados, como sendo a “colaboração” delas ao andamento da cooperativa.

Experiências de “cooperativismo” parecidas com a estudada (...), correspondem não só a um mecanismo de flexibilização da produção, mas a uma forma de assalariamento disfarçado, que procuram ocultar um novo tipo de exploração e de dominação política, ao eliminar direitos e benefícios trabalhistas, como também ao contribuir com o enfraquecimento da ação sindical (AMORIM, 2005, p. 14).

A pesquisa de Campos e Campos (2005), acerca da experiência do grupo de trabalho Artesanato Sustentável Moicato, evidencia que o valor da força de trabalho despendido no processo produtivo é maior do que o valor recebido pelas trabalhadoras. Além de explorarem a força de trabalho ainda “socializam” custos de produção através da substituição do trabalho-empresa pelo trabalho-casa. No discurso, essa transferência de local de trabalho é apresentada como “alternativa”, como flexibilidade sem caráter exploratório, mas na prática tiram dos capitalistas os custos de infraestrutura e energia, deslocando-os para o empregado, aqui denominado de produtor. A desintegração física da empresa não altera a lógica empresarial, tendo-se que cumprir cotas de produção, controlar a qualidade, e receber remuneração de acordo com a produtividade.

No entanto, embora reconheçam a precariedade das condições de trabalho e da forma de contratação a que se submetem, as costureiras que trabalham a domicílio ou em facções nem sempre constroem representações negativas a respeito de suas atividades. Algumas trabalhadoras chegam a reconhecer vantagens na flexibilidade do trabalho, como constatam Jordão Horta Nunes e

Rogério dos Santos Bueno Marques³³ (2007) na pesquisa realizada no setor de confecções em Goiânia. Contraditoriamente, o pagamento por peça, visto como benéfico, consiste numa das principais formas de exploração intensiva da mão de obra, pois a empresa contratante não se responsabiliza pelas condições de trabalho ou pelos encargos sociais das costureiras consideradas autônomas.

O crescimento vertiginoso das cooperatas se deu mais precisamente a partir da edição da Lei Federal nº 8.949, de 09 de dezembro de 1994, que deu ensejo ao aditamento do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dispôs que não há relação de emprego entre os associados e os tomadores de serviço da cooperativa (VIEIRA³⁴, 2009). Vale ressaltar que neste momento o Brasil vivenciava a posse de Itamar Franco na presidência da república em decorrência do processo de Impeachment sofrido por Fernando Collor de Mello. Neste período Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda inicia um programa de estabilização apresentando um plano de austeridade chamado de Plano de Ação Imediata (PAI). Tal programa levaria a um ajuste fiscal e a um novo sistema de indexação que levaria a outra moeda. Assim, a atuação das cooperativas de trabalho no mercado se compara a outras tantas formas de exacerbação das políticas neoliberais, sendo neste caso, por meio da terceirização e barateamento da mão de obra, ou precarização das relações trabalhistas.

Em contrapartida, Cris Fernández Andrada³⁵ (2007) no estudo de caso realizado, analisa uma cooperativa organizada por mulheres com faixa etária entre 18 e 80 anos. A grande maioria delas não havia concluído o ensino fundamental e estava exposta ao desemprego prolongado ou a contratos esporádicos e muito precários de trabalho. Ao liberá-las da busca incerta pela manutenção da vida, e ao ligá-las como sujeitos ativos de seus lugares de moradia e de trabalho, elas

33 *O associativismo no setor de confecções em Goiânia*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

34 *As cooperativas de trabalho brasileiras sob a ótica dos aportes teóricos da cultura política*. GT30 - Precarização, Solidarismo e Políticas no Mundo do Trabalho. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2009.

35 *A política encontra o trabalho: história e repercussões psicossociais da experiência de autogestão da Cooperativa UNIVENS*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

teceram projetos audaciosos, não só para a cooperativa, como para a comunidade. O exercício da sociabilidade, da autogestão, de ocupar cargos é importante para a busca da autonomia feminina. Nesse sentido, ao se perceberem como agentes participantes em iniciativas autogestionárias, parte das trabalhadoras vivenciam experiências de empoderamento (NEVES & LIMA COSTA³⁶, 2007).

Outros estudos interessantes relacionam-se às cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Em 2007 esses trabalhadores passaram a se beneficiar da Lei federal 11.445 – 01/2007, que altera a Lei de Licitação 8666, permitindo a contratação de cooperativas ou associações de catadores formadas por pessoas físicas de baixa renda para a realização da coleta seletiva. Até 2009 alguns municípios como Londrina (PR), Belo Horizonte e São João Del Rei (MG), Araraquara, São José do Rio Preto, Diadema, Biritiba Mirim, Arujá e Assis (SP) já haviam adotado essa prática.

As experiências com catadores a partir do trabalho organizado foram reconhecidas pela sociedade e pelo poder público (LEITE, 2011). Os catadores de material reciclável passam a ser considerados agentes ambientais, encontrando, no entanto, diversas dificuldades para atuar, como a concorrência de coletores autônomos que disputam o material e os baixos preços conseguidos na comercialização. Importante ressaltar o papel do Movimento Nacional dos Catadores Recicláveis na construção do diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Outro estudo que gostaria de apontar é o realizado por Rita de Cássia Andrade Martins³⁷ (2011) sobre o crescente debate acerca das cooperativas sociais como meio de inserir no trabalho pessoas em situação de desvantagem por condições físicas, psíquicas, sensoriais e/ou sociais e econômicas específicas. Esta discussão tem ganhado força na esfera do governo federal, impulsionada pelas demandas da sociedade civil articulada à economia solidária. Desde a publicação da lei brasileira de cooperativas sociais (lei 9.867/1999) passaram-se onze anos, e muitas experiências de inserção no trabalho foram

36 *Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

37 *Direito e acesso ao trabalho: cooperativismo social no contexto da economia solidária*. GT06 – Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

desenvolvidas. Segundo a autora, a parceria entre saúde mental e economia solidária no âmbito das políticas públicas foi precedida por um conjunto de resoluções construído durante a III Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 2001, que reuniu 591 propostas apresentadas no relatório final da III Conferência. Desse conjunto, 13 resoluções abordaram a questão da inserção no trabalho, onde metade apontou o modelo cooperativista como importante estratégia para inserção laboral de pessoas com transtorno mental.

Embora o cooperativismo seja a maior expressão da economia solidária, como nos exemplos citados acima, existem outras organizações integrantes, como grupos de produção de alimentos, reciclagem, trabalhadores organizados em prestação de serviços, trocas solidárias, compras coletivas, educação popular, cooperativismo popular, desenvolvimento local, iniciativas de produção rural alternativa e iniciativas de microfinanças solidárias. Estes grupos são igualmente exemplos de práticas autogestionárias que têm gerado trabalho e renda a um grande número de pessoas excluídas do processo tradicional de geração e distribuição de renda. Grande número de associações não se transforma em cooperativas, pois a lei brasileira impõe essa formação a um número mínimo de vinte pessoas (VIEIRA & PANHOCA, 2011).

Tem-se também iniciativas de tomada de fábricas em processo falimentar pelos trabalhadores. Hoje, no entanto, os processos de recuperação de fábricas são cada vez mais raros, pois, segundo Aline Suelen Pires³⁸ (2011), a superação das crises econômicas que assolaram o país na década de 1990 fez com que o número de falências diminísse significativamente. Outro motivo para a constatação desta nova realidade estaria relacionado às mudanças ocorridas na legislação. A nova Lei de Falências passou a dificultar a conquista na Justiça do direito à gestão da massa falida. Sobre a Lei de Falências brasileira, Faria e Cunha (2009) comentam:

A Lei de Falências brasileira, alterada em 2005, instituiu a recuperação judicial da empresa, desde que atendido prioritariamente o pagamento às instituições financeiras credoras. (...) No Brasil, as empresas recuperadas não

38 *As fábricas recuperadas no Brasil: a autogestão entre a teoria e a prática*. GT06 – Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

gozam de qualquer distinção tributária, sendo inclusive que o acesso ao crédito é negado sob a alegação de dispersão da propriedade e da responsabilidade, uma vez que os meios de produção passam a ser controlados pelo conjunto dos trabalhadores. Em que pesem os avanços verificados em alguns bancos públicos brasileiros, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a linha de crédito direcionada às empresas recuperadas ficou restrita a um punhado de empresas, dentre as melhores estruturadas (FARIA & CUNHA, 2009, p. 10).

Nesse sentido, a região do ABC paulista é bastante ilustrativa. O Sindicato dos Metalúrgicos registrava, em março de 1999, a existência de dez cooperativas metalúrgicas na região, reunindo 700 trabalhadores³⁹. Atualmente são apenas três, juntando pouco mais de 550 trabalhadores entre sócios e celetistas. Leva-se em conta que o mercado de trabalho melhorou significativamente no período, abrindo mais alternativas na região do que durante os anos 1990. Márcia de Paula Leite (2011) aponta também como dificuldade o longo período de tempo em que as fábricas mantêm-se inativas, enquanto aguardam resolução dos processos judiciais. Isso significa que os equipamentos tornam-se obsoletos e os trabalhadores com mais chances no mercado de trabalho saem em busca de outros empregos.

Luiz Antônio da Silva⁴⁰ (2011) investigou a proposta da Arcelor Mittal Inox Brasil (ACESITA), por meio do Instituto de Inox. O objetivo da empresa era oferecer oportunidades de trabalho àqueles que já não mais trabalhavam na empresa, vítimas do desemprego provocado pelo processo de reestruturação produtiva. Para isso, a Fundação ACESITA, em 1994, criou o Instituto do Inox, ministrando cursos específicos aos ex-metalúrgicos aposentados, jovens e outros trabalhadores desempregados pelo processo de privatização. Nesse sentido o SEBRAE tornou-se um grande parceiro na formação destes trabalhadores. A parte financeira do curso, por exemplo, foi ministrada por consultores no local do empreendimento com o

39 Revista Época, 25/10/99.

40 *Alternativas de Trabalho e Participação Social de Metalúrgicos Aposentados na Região do Vale do Aço*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

objetivo de analisar a produção e desenvolver uma reflexão sobre como desenvolvê-la da forma mais eficaz. Segundo o autor, a experiência de consultoria geralmente é realizada segundo os princípios que regem a lógica capitalista. Cada vez mais os cooperados se veem como empreendedores disputando espaços no mercado capitalista e menos como participantes de uma rede de solidariedade capaz de promover a articulação e a luta das classes subalternas (SILVA, 2011).

Jacimara Villar Forbeloni⁴¹ (2011) investigou as redes de movimentos na sociedade brasileira, pensando nas formas de articulação, nas transformações e nos intercâmbios destas organizações. Com a diversidade de ações, de lutas e de grupos, ocasionada por uma tendência pluralista, estes se unificam nas chamadas redes de movimentos sociais; *networks*. As redes constituem formas de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes, atuando tanto no campo cultural quanto político. Atuam também no campo econômico buscando novas formas de organização produtiva e redes de colaboração.

As redes dentro da economia solidária compõem-se da união entre cooperativas para produção, da facilitação do acesso ao crédito para a produção e da comercialização dos produtos. Nesse sentido, podemos citar exemplos de experiências de bancos comunitários, promovendo o acesso ao crédito e das feiras solidárias, que tendo como base o comércio justo, possibilitam, além da eliminação de atravessadores, a venda da produção.

Assim, no estudo de caso estruturado por Marta de Aguiar Bergamin⁴² (2011), a atuação do banco comunitário é no sentido de auxiliar as pessoas onde elas encontram as maiores dificuldades, financiando microcrédito e partilhando saberes e novos modos de construir os empreendimentos. O microcrédito solidário normalmente é empregado em atividades autônomas, com o objetivo de obtenção de renda e/ou aumento dos rendimentos. No entanto, as dificuldades são

41 *Empreendimentos Solidários e desenvolvimento local: o programa CAJUSOL do Rio Grande do Norte*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

42 *Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

imensas, pois o banco conta com pouco dinheiro e não tem como suprir todas as necessidades de quem o procura.

Outra característica interessante do Banco Comunitário estudado por Bergamin (2011) é a implantação de uma nova moeda. O dinheiro circulante permanece na localidade, por meio de estabelecimentos que, cadastrados no projeto, recebem a moeda social como pagamento. Os sujeitos participantes, ao reorganizar seus padrões de consumo e repensar sua relação com o dinheiro provocam mudanças nos arranjos da região. A autora observa que a atuação do Banco Comunitário, conhecido como Banco União Sampaio, passa por relações cooperativas e comunitárias contidas em um tempo diferente das desenvolvidas pelo sistema capitalista. Contudo, verifica que no bairro estudado, Maria Sampaio, o dinheiro local não chega a ser representativo como fonte de fidelização do consumo nos estabelecimentos cadastrados. No entanto, uma nova relação com o dinheiro começa a ser fomentada, trazendo reflexões importantes principalmente sobre o consumo responsável (BERGAMIN, 2011).

Já as feiras de economia solidária buscam potencializar a comercialização dos produtos e serviços dos EES, além de possibilitar o resgate das relações entre produtores e consumidores, favorecendo a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária e também da produção familiar. Assim, no ano de 2005 foi implantado o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, com recursos financeiros garantidos nas atividades previstas na Ação de Promoção do Consumo Responsável e Comércio Justo que compôs o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2004/2007), da SENAES/MTE. O Termo de Referência relatava que as Feiras em Rede de Economia Solidária integram cinco dimensões estratégicas: a dimensão econômica; a dimensão de fortalecimento da organização dos empreendimentos da Economia Solidária e agricultura Familiar; a dimensão da divulgação; a dimensão de formação, e a dimensão ambiental (AMORIM⁴³, 2011).

Contudo, para além da regulamentação e da constituição de empreendimentos específicos, ou seja, de fenômenos da economia solidária, há consideráveis problemas na maneira como o movimento

43 *Feiras de economia solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?* GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

se organiza e se desenvolve, segundo André Ricardo de Souza⁴⁴ (2010). A intensa prática de escolha de delegados ou representantes para plenárias, fóruns e conselhos culmina em uma exacerbada politização interna, que muitas vezes deixa em segundo plano questões propriamente econômicas como, por exemplo, o fortalecimento das redes produtivas. O autor também constata que questões maiores relacionadas à política macroeconômica e de interesse nacional também são deixadas de lado, havendo uma despolitização em relação a esses debates. Verifica também que um grave problema nas iniciativas produtivas de economia solidária é a “desincubação”. Muitos empreendimentos, efetivamente, não ganham autonomia de atuação após o período de capacitação e de acompanhamento sistemático.

Analisando a lógica interna de funcionamento dos EES, outros desafios são apontados por Gaiger (2005). Os trabalhadores associados precisam distinguir e compatibilizar as necessidades de acumulação e de investimento do empreendimento com as necessidades e interesses dos seus associados que pressionam por ganhos imediatos, via antecipação ou maior divisão das sobras. Trata-se de buscar um equilíbrio, geralmente ténue, entre preservar e distribuir os excedentes. Faz-se necessário também, segundo o autor, canalizar para o empreendimento os ganhos gerados pelos esforços do conjunto de trabalhadores, tornando tais ganhos essencialmente coletivos, e reconhecer ao mesmo tempo as diferenças entre os aportes individuais, por meio de correspondentes proporcionais.

3.5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA INTERVINDO NA REALIDADE

Após a análise dos trabalhos selecionados para esta investigação, verifiquei em alguns deles um foco maior na promoção do debate a respeito das implicações práticas da constituição e consolidação de determinados tipos de empreendimentos. Os trabalhos que exploraram a economia solidária como uma metodologia de intervenção da realidade mostraram que, quando considerada dentro dos seus princípios, a atividade desencadeia novas relações de trabalho e de produção, novas possibilidades de geração de renda e de diminuição da exclusão social, assim como também permite o

44 *A economia solidária é uma miragem?* ST 35 – Trabalho, sindicatos e identidades sociais. Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010.

desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos trabalhadores. Assim, a atividade, dentro de um campo de disputa onde interagem diferentes atores como, as incubadoras tecnológicas, os movimentos sociais e as iniciativas privadas, abarcam distintas intencionalidades. Abaixo, procurei destacar os trabalhos que direcionaram seus estudos para a investigação dos principais impactos socioeconômicos da atividade por meio da atuação de diferentes atores sociais.

Ana Lúcia Ferraz⁴⁵, em trabalho publicado na SBS em 2003, realiza um estudo a partir da investigação de algumas cooperativas de produção no interior de São Paulo que, após um processo falimentar, passaram a ser geridas pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que a autora faz um resgate histórico dos casos estudados procura descrever em linhas gerais a organização dos trabalhadores, questionando sua real participação no processo de gestão. Em sua investigação, apontou limites à participação dos trabalhadores como consequência da hierarquização dos diferentes saberes. A autora chega a esta conclusão observando o silenciamento nas assembleias, e a diferença de responsabilidades entre dirigidos e dirigentes, ou seja, entre os que efetivamente pensavam/decidiam e os que simplesmente executavam as decisões.

Segundo Ferraz (2003), entre 1999 a 2003 – período englobado pela pesquisa – para os sindicatos que se declaravam mais à esquerda do espectro político, as cooperativas não passavam de uma maneira de submeter os trabalhadores aos imperativos da economia capitalista. Para essas correntes, a luta prioritária era aquela que se travava contra os patrões, e não a geração de formas de adaptação ao sistema econômico atual.

As correntes que se auto intitulam de “esquerda” não assumem a representação ou o apoio aos trabalhadores que já não são empregados assalariados. Do outro lado, a corrente majoritária limita-se ao discurso e à prática da “geração de trabalho e renda”, sem problematizar a questão do poder, reproduzindo a divisão do trabalho vigente (FERRAZ, 2003, p. 20).

45 *Sindicato, autonomia e cooperativismo - o sentido político da autogestão*. GT21 - Sindicatos e Ações Coletivas. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2003.

No entanto, Luiz Inácio Germany Gaiger (2005) mostrou, por meio de suas investigações, uma visão mais positiva da atividade. Segundo o autor, a economia solidária evoca um campo multiforme de iniciativas por meio da gestão coletiva, da posse dos meios de produção e do processo de trabalho, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando envolvimento com os problemas da comunidade e as lutas pela cidadania. O autor reconhece os diferentes alcances das experiências, afirmando que distintos protagonistas, motivações e atividades econômicas são variáveis que podem implicar diretamente nos resultados.

Gaiger (2005) considera importante a centralidade do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. Para o autor, o trabalho é a razão de ser dessas iniciativas, que nascem para garantir uma atividade produtiva a seus integrantes e protegê-los do desemprego. O trabalho também é o principal ou o único recurso dessas atividades econômicas, devido essencialmente à fraca e/ou insuficiente presença de capital e dos demais fatores produtivos. O modo como se organiza e se vivencia o trabalho nessas experiências proporciona uma série de satisfações adicionais, além da renda e dos benefícios econômicos indiretos, como a partilha do capital da empresa:

(...) participar de um empreendimento associativo e cooperativo significa colocar em prática os princípios de equidade, justiça e democracia; significa contribuir com a sociedade, por meio de bens e serviços honestos e idôneos; significa demonstrar a importância do trabalhador e colaborar para o seu reconhecimento social (GAIGER, 2005, p. s/n).

Gaiger (2004) constatou que um ambiente de trabalho participativo facilita a comunicação e favorece a identificação das dificuldades e das ineficiências do processo produtivo. O conhecimento tácito do trabalhador passa a servir como arma de resistência contra o processo de objetivação do trabalho, passa a ser compartilhado como parte do empenho de cada um em colaborar para a resolução de problemas.

No entanto, é importante ressaltar que a racionalidade em questão não significa um retrocesso a formas comunitárias arcaicas de produção econômica. As práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular ao modificarem o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Estando o controle do empreendimento e o poder de decisão em mãos da

sociedade de trabalhadores, a gestão fica vinculada à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (GAIGER, 2003).

Para Alex Pizzio da Silva (2007) a incorporação das práticas e valores da economia solidária por parte dos sujeitos participantes propicia um processo de qualificação social que repercute em processos interligados. Um maior acesso à renda e o fortalecimento dos laços sociais, por meio dos quais os atores tenderiam a romper com a relação de dependência social, teriam como consequência uma maior interação com os extratos intermediários da sociedade, aumentando assim a possibilidade de aquisição e de acesso a bens materiais, simbólicos e serviços. Em outras palavras, uma maior apropriação dos benefícios sociais característicos da cidadania permitiria a estes atores se reconhecerem como cidadãos de direito.

A preocupação com o desenvolvimento local aparece fortemente vinculada a uma série de questões/aspectos não resolvidos pelos mercados e pela tradição das políticas desenvolvimentistas. A valorização do modo de agir em prol do desenvolvimento local, voltado para uma perspectiva de equilíbrio das várias dimensões que compõem a vida num território, parece muito próxima das preocupações que são comuns aos princípios, conceitos e práticas de economia solidária (FRANÇA FILHO & SANTANA JUNIOR⁴⁶, 2007). Para compreender o desenvolvimento local é necessário refletir sobre a própria ideia de sustentabilidade aplicada a tais experiências, pois sustentabilidade no território não pode ser avaliada apenas segundo critérios de economicidade, isto é, enfatizando, sobretudo, a rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos. Desta forma, a experiência em promover uma articulação fina entre diferentes aspectos da vida em um determinado território, entre as quais destacam-se as dimensões econômica, social, político, cultural e ambiental, parece essencial. No nível sociocultural, uma nova cultura do trabalho afeta especialmente as novas gerações, que passam a valorizar sua identidade local e o sentimento de pertencimento ao lugar.

46 *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana*. GT29 - Trabalho, Precarização e Políticas Públicas. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

Assim, segundo Laudemir Luiz Zart e Leda Gitahy⁴⁷ (2009), o próprio povo se mobiliza e se conscientiza da necessidade de atuar como agente social, posicionando-se de maneira distinta das elites econômicas e políticas associadas ao capital internacional. Por meio da economia solidária o desenvolvimento toma como referência as realidades e as experiências dos diferentes grupos e movimentos sociais. Segundo os autores, não se procura nas tecnologias de ponta a forma de inovação, mas se tem na valoração dos saberes populares e das experiências dos participantes a ampliação e o aprofundamento do saber fazer e do saber pensar, necessários para este tipo de desenvolvimento.

De acordo com pesquisa realizada por Ana Cristina Brito Arcoverde, Bruna de Lima Pereira do Nascimento e Leônidas Leal da Silva⁴⁸ (2011) no estado de Pernambuco, os empreendimentos solidários proporcionaram o aumento do consumo pelas famílias dos bens, serviços e produtos provenientes da atividade. No âmbito subjetivo, os autores verificaram melhoria da qualidade de vida dos participantes e de suas famílias, bem como a ampliação da participação política na comunidade.

Analisando o papel das universidades brasileiras como instituição capaz de intervir na realidade por meio de projetos e pesquisas, Benedito Anselmo Martins de Oliveira e Maria Luiza Duarte Azevedo Barbosa⁴⁹ (2011) questionam a prática da extensão universitária. A construção de uma gestão participativa ou a formação de um gestor mais crítico, que o programa deveria auxiliar não acontece. Os autores entendem que a responsabilidade pelo insucesso não é apenas da extensão universitária, mas também da própria universidade que se sustenta na formação do pensamento crítico. Quando as práticas da extensão começam suprir apenas as atividades

47 *Análise de ações coletivas nos processos de configuração social*. GT30 - Precarização, Solidarismo e Políticas no Mundo do Trabalho. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2009.

48 *Economia Solidária e seus Impactos: o caso de Pernambuco*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

49 *Desafios na construção de um terceiro setor de contraposição e seus enlazes com a economia solidária*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

cotidianas e técnicas dos empreendimentos, a capacidade da extensão universitária de transformação social é anulada, ao mesmo tempo em que se fortalece ideia de estado mínimo e a exploração da iniciativa privada.

A extensão é um processo de troca, de aprendizagem e um momento em que professores, técnicos e principalmente alunos vão até a comunidade para não somente testar suas teorias acadêmicas, mas para debater criticamente os problemas observados na pesquisa com os indivíduos, grupos, organizações e o próprio Estado. Desse contato com as instituições, a universidade tem a capacidade de não somente ajudar a transformar modelos de gestão, como também de promover o contato entre instituições, articulando o diálogo destas com o poder público (OLIVEIRA & BARBOSA, 2011).

Luiz Antônio da Silva (2011) procurou analisar a atuação de consultores provenientes de fundações, prefeitura, universidade e SEBRAE nos empreendimentos solidários. O autor observou que, enquanto ocorre a permanência destes atores no local da cooperativa, existe um grande fluxo de informação no ensino/aprendizagem de conteúdo operacionais, como o controle de fluxo de caixa e dos estoques e cálculo dos custos de produção. No entanto, os diretores da Cooperinox, cooperativa investigada, reclamaram da falta de continuidade nas experiências de assessoria e a dificuldade de dar sequência aos trabalhos.

Elaine Hipólito dos Santos Costa e Renato Peixoto Dagnino⁵⁰ (2011) investigaram a aplicação da metodologia de identificação dos fluxos de informação em uma determinada cooperativa. Constataram que a forma mais efetiva de conversão do conhecimento pela cooperativa é a socialização. No estudo de caso realizado na Coopernatuz, verificou-se que o processo de articulação do conhecimento tácito em conceitos explícitos ocorre de maneira falada, havendo pouca utilização de materiais escritos. Há dificuldades dos sujeitos em codificar o que aprenderam, dificultando o processo de externalização do conhecimento. Já a internalização é o processo de incorporação do conhecimento explícito em tácito. É intimamente relacionada ao “aprender fazendo” e diz respeito ao aprendizado que os cooperados adquirem em formações, palestras, cursos, reuniões e

50 *Metodologia de identificação de fluxos de informação: o caso da Coopernatuz de Osasco*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

no trabalho diário. Geralmente não há comprovação dessa conversão do conhecimento. Os autores ressaltam a importância do registro destas experiências de modo a possibilitar a troca de conhecimentos por diferentes empreendimentos em diferentes localidades. Para além de ampliar a base de conhecimento geracional da empresa, a iniciativa pode também contribuir para o enfrentamento de dificuldades por meio da troca das soluções encontradas.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A vulnerabilidade e a desigualdade social, frutos da grande concentração de riquezas, ou seja, de renda e propriedade diminuem a qualidade de vida da maioria da população. Esse fato, explicitado exaustivamente, necessita levar por meio de políticas públicas a ações que visem fortalecer o trabalho não precarizado e a reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e Estado (MONTEIRO VIEIRA, 2009).

A existência de formas de organização do trabalho distintas do assalariamento formal apresenta novos desafios às políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e à desigualdade social. As políticas de economia solidária, inseridas num contexto mais amplo, repensam as políticas sociais e laborais frente às novas configurações do trabalho. Segundo Gabriela Cavalcanti Cunha (2007), a criação da SENAES dentro do Ministério do Trabalho e Emprego não foi desprovida de conflitos. Para alguns, o órgão deveria radicalizar seu caráter transversal, constituindo-se como Secretaria Especial vinculada à Presidência da República. Para outros, estaria mais associada ao Ministério do Desenvolvimento Social – que não por acaso, é um dos principais parceiros da Secretaria, ao lado do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para além da inclusão pelo trabalho e do combate à pobreza, há lugar para uma terceira concepção da política de economia solidária, ou seja, enquanto estratégia de desenvolvimento territorial (CUNHA, 2007).

Raldianny Pereira dos Santos, no artigo publicado em 2003 na SBS dialogou sobre as possibilidades do governo Lula com relação ao fomento de uma alternativa de paradigma; a solidariedade.

A certeza de que finalmente chega ao poder um representante do povo, eleito pelo povo, principalmente vindo do povo, que rejeita a ideia de que o problema secular da fome é algo inevitável e reconhece o direito inalienável

de todo indivíduo a uma vida digna, provoca um sentimento de identidade de cada um em relação ao grupo (SANTOS, 2003, p. 8).

Segundo Santos (2003), o sentimento de identidade que constitui o germe da transformação social efetiva passa necessariamente pela solução dos problemas coletivos. Esta é a base do princípio da solidariedade que se dá na dinâmica da reciprocidade social, ou seja, dar, receber e retribuir de forma equitativa.

Já Vera Lúcia Botta Ferrante⁵¹ (2003), fazendo uma análise das políticas públicas para os assentamentos no interior de São Paulo, discorreu sobre a transformação de uma postura relacionada à cultura da dádiva, ou seja, dar-receber-retribuir para uma postura mais engajada.

Até 2001, os assentados pareciam aceitar – com poucas reservas – o enraizamento da cultura da dádiva em suas vidas. Direitos, reivindicações eram, com frequência, transfigurados em favores. Os assentados pareciam se submeter à despolíticação atribuída à condição de beneficiários, revertendo expectativas na adesão ao plantio da cana (FERRANTE, 2003, p. 15).

Para Benedito Anselmo Martins de Oliveira (2005) é necessário considerar que, as atuais formulações teóricas e conceituais e as ações dos diversos atores sociais carregam consigo itens comuns, provocando sinergias importantes para a concretização de propostas efetivas de práticas. Estas podem conduzir determinados grupos de pessoas a intervir em reordenamentos sociais e/ou programas de desenvolvimento, fundamentalmente, naqueles onde se privilegia a minimização do desemprego, da precarização do trabalho e da exclusão social.

Em 2005, data da publicação do trabalho de Oliveira na SBS, o autor apontava a necessidade de superação dos limites encontrados pelas cooperativas. Dentre estes limites encontravam-se a necessidade de se definir um marco jurídico; definir conceitos fundamentais; forçar a entrada destas cooperativas na agenda dos programas de desenvolvimento; clarear as ações com foco em mudanças e elaborar um projeto nacional de multiplicação por meio da implementação de

51 *Assentamentos rurais: entre a cultura da dádiva e novas perspectivas de participação*. GT03 - Dádiva, Política e Novas Formas Associativas. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2003.

políticas públicas (OLIVEIRA, 2005). Arlete Candido Monteiro Vieira e Luiz Panhoca (2011) verificaram que no caso específico das cooperativas ainda existe a dificuldade de vencer as burocracias de constituição – número mínimo de vinte participantes, documentação pessoal, elaboração de estatutos, registro de atas, entre outros.

De acordo com Fernanda Henrique Cupertino Alcântara⁵² (2005), a preocupação em demonstrar que o cooperativismo é uma forma economicamente eficaz de redistribuir a riqueza e garantir renda para indivíduos excluídos do mercado de trabalho deveria ser precedida pelo questionamento da viabilidade sócio institucional de cada projeto. Isso nos leva a observar e a compreender que em algumas regiões do Brasil a quantidade de investimentos e estímulo por parte do Estado e mesmo da sociedade civil devem ser redobrados.

Na visão da autora, para que o projeto faça sentido aos indivíduos, deve contemplar as especificidades dos grupos em questão. Tocqueville (1987) já advertia para o fato de que os resultados obtidos com a implantação de um mesmo modelo institucional em locais e povos distintos estão necessariamente ligados às condições socioculturais anteriores a tal feito. A formação de uma economia plural, capaz de abarcar e reconhecer novas maneiras de organização do trabalho deve dar relevância às formas preteridas até o momento, potencializando a reflexividade. Esta deve ser pensada como a capacidade de que os indivíduos dispõem de monitorar suas ações, necessariamente analisando-as e repensando-as de acordo com a acumulação de informações novas.

Assim sendo, temos a presença de atores que conjugam a ação econômica a uma ação política, ou seja, incluem ações da economia solidária em suas estratégias de atuação política, e uma articulação de atores que buscam incluir as ações da economia solidária no marco legal do Estado, via parceria na implementação de políticas públicas (CARNEIRO⁵³, 2009).

Em um cenário composto por crescimento do desemprego e por mudanças na legislação trabalhista, a proposta de uma política de

52 *A Tentativa de Institucionalização das Práticas Cooperativas*. GT02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2005.

53 *Organização Societária, Instituições Participativas e a Política Nacional de Economia Solidária*. GT30 - Precarização, Solidarismo e Políticas no Mundo do Trabalho. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2009.

economia solidária nasce como uma saída defensiva às dificuldades do Sindicalismo-CUT (FERRAZ⁵⁴, 2009). A não diferenciação entre trabalhadores assalariados e cooperados precisa ser feita para reconstruir, no plano simbólico, uma identificação que parece se desmentir na realidade concreta. Esta interpelação é forte, pois a ambição do projeto sindical é organizar trabalhadores assalariados e cooperados em uma única unidade política.

Assim, é fundamental contextualizar a economia solidária no campo ou visão de classe da Central. É preciso deixar claro que solidariedade de classe significa, antes de tudo, respeitar conquistas históricas da classe trabalhadora. Nisso, é preciso demarcar uma radical diferença com as práticas do tradicional cooperativismo brasileiro (geralmente agrícola e de prestação de mão-de-obra) e dentro da política direitista do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e suas ramificações estaduais que, quando não acobertam, promovem a precarização das condições de trabalho, inclusive por meio das “cooperatos” (CUT, 2003, p. 34).

Segundo Ferraz (2009), a CUT revelou mais duas preocupações, sendo a primeira relacionada à educação e à formação do trabalhador, que envolve o desafio de disseminar entre os trabalhadores saberes técnicos relacionados à economia solidária. A segunda diz respeito à base jurídica que se estabelece sob um regime de produção cooperativo. A lei 8.949/1994, como já referida, alterou a CLT no que concerne a caracterização de vínculo empregatício entre a cooperativa ou seus associados e os tomadores de serviço. Em relação à seguridade dos cooperados, cabe a contribuição como autônomo para o INSS. As cooperativas, segundo o artigo 28 da Lei 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, são obrigadas a constituir Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados. A lei também permite a criação de outros fundos previstos nos estatutos de cada cooperativa.

54 *A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e os desafios da cidadania dos trabalhadores*. GT21 - Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2007.

Gabriela Cavalcanti (2009), utilizando-se de diversos autores como aporte teórico (EME, 2005; LAVILLE, 2005; GAIGER, 2005)⁵⁵ afirma que um elemento importante para análise é a dupla dimensão política da economia solidária: a interna e a externa. No nível interno destas organizações, é importante entender a dimensão política como elemento indissociável da dimensão econômica para a concretização da economia solidária, sobretudo no que se refere à gestão compartilhada das atividades de produção e reprodução de meios de vida, e dos seus resultados. No nível externo existe a concepção da economia solidária como possível espaço público não-estatal. Alguns autores vêm na economia solidária um potencial para favorecer a politização da sociedade civil e, por meio das políticas de economia solidária, contribuir para democratizar o Estado e redefinir suas relações com a sociedade civil.

Ainda segundo Cavalcanti (2009), as principais ações no âmbito da política nacional de economia solidária envolvem o fomento direto dos empreendimentos econômicos solidários e ações-meios que visam dar a estrutura necessária ao desenvolvimento das demais políticas, como por exemplo, leis e normas, estudos e pesquisas, campanhas de divulgação e interlocução intergovernamental com a sociedade civil. As diversas ações foram estabelecidas a partir do diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos federais parceiros, e com os segmentos e organizações interessados, particularmente aqueles representados no FBES, principal rede social da economia solidária no plano nacional, cuja criação coincide com a da própria Secretaria Nacional. Cavalcanti (2009) considerou em seu trabalho as seguintes demandas das EES: apoio à produção e comercialização, apoio à formação, assistência técnica, pesquisa e tecnologia, crédito e finanças, e marco jurídico.

Assim, obter o apoio de políticas públicas no âmbito da economia solidária é também romper com o isolamento destes empreendimentos, garantindo o acesso à informação, aos investimentos na produção tecnológica e ao auxílio formativo para

55 EME, B. “Espaces publics”. In: LAVILLE, J.L. & CATTANI, A.D. (orgs.), *Dictionnaire de l’Autre Économie*, Paris: Desclée de Brouwer, 2005: 297-304; LAVILLE, J.L. “Action publique et économie: un cadre d’analyse”. In: LAVILLE, J.L. et al. (dir.), *Action Publique et Économie Solidaire*, 2005: 19-46; GAIGER, L. I. “Économie solidaire et espace public: quelques remarques à propos du rôle des agents médiateurs”. In: LAVILLE, J.L. et al. (dir.), *Action Publique et Économie Solidaire*, 2005: 321-334.

consolidação da autogestão. Aline Mendonça dos Santos⁵⁶ (2011) identifica vertentes que caracterizam certo grau de complexidade das organizações e das comunidades presentes na esfera pública. Segundo a autora, os movimentos sociais mantêm, em certa medida, a desconfiança de agir conjuntamente com o Estado, constituindo assim, o binômio autonomia-institucionalização. Enxergam também a necessidade de autonomia frente ao mercado a fim de evitar a fusão e a identificação de suas ações como complementares à economia capitalista. A pluralização da organização societária coloca estes movimentos diante de novas formas de ação e de mobilização para que possam incidir sobre uma nova forma de reconhecimento da subjetividade coletiva.

3.7 SISTEMATIZANDO

O debate mais recente acerca da economia solidária assume diversas dimensões. Autores abarcados nos trabalhos selecionados se dividem em vários campos, dialogando entre si no sentido de contribuir com as discussões voltadas ao trato da temática. Assim, para compor essa sistematização procuro agrupar os autores utilizados como referência nos artigos selecionados e categorizados, a fim de possibilitar a visualização dos diferentes eixos de argumentação explorados.

O caráter alternativo é em parte, interpretado como resposta da tradição socialista de base associativa e autogestionária ao colapso do socialismo real (SINGER, 1998; NIÑEZ, 1998)⁵⁷. Também é analisado dentro do contexto de formas mais recentes de resistência social através da organização da sociedade civil (LAVILLE, 1994, 2004)⁵⁸. E há os que consideram que esta economia alternativa se

56 *Protagonismo popular no movimento da economia solidária no Brasil*. GT06 - Economia Social e Solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2011.

57 SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998; NIÑEZ, O. *El manifiesto asociativo y autogestionario*. Manáguá: CIPRES, 1998.

58 LAVILLE, J. L. (Dir.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. LAVILLE, Jean-Louis (org.). *Economía Social y Solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004.

contrapõe ao capitalismo por envolver setores do trabalho e não do capital (CORAGGIO, 2000, 2004; RAZETO, 1999)⁵⁹ – daí provem também os termos economia popular e economia do trabalho, muito usados na América Latina. Outros autores são mais cautelosos em admitir a economia solidária como alternativa ao capitalismo, porque ainda há muita contradição interna, na medida em que práticas e valores calcados na solidariedade e na democracia coexistem com outros baseados no individualismo e na desigualdade (QUIJANO⁶⁰, 1998; CORAGGIO, 2000). A grande maioria dos autores também reconhece que o trabalho associativo autogestionário não é a única opção dos setores populares para a crise do trabalho: sua inserção produtiva pode se dar, por exemplo, pelo trabalho autônomo individual ou pela unidade produtiva familiar. Neste caso, a economia solidária propriamente dita seria apenas uma parte da economia dos setores populares – o que leva Gaiger (2004) a usar a expressão economia popular solidária, para marcar a existência de setor específico.

Nos trabalhos investigados, constatei uma tendência na mobilização de determinadas teorias nos artigos publicados no período reservado para esta investigação. Nos primeiros anos, de 2003 a 2005, tanto na SBS como na ANPOCS, observei grande articulação do conceito de reciprocidade. Foi expressiva a utilização da teoria de Marcel Mauss⁶¹ em torno da economia da dádiva e de Tocqueville⁶² sobre a reciprocidade entre desiguais. Em Mauss essa teoria, como já foi definida anteriormente, trata de uma forma de organização social onde a doação de bens e serviços é realizada sem a expectativa da reciprocidade. No entanto, a reciprocidade deve existir, mesmo que

59 CORAGGIO, José Luís. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Questões debatidas” In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, e COSTA, Beatriz, (orgs). *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000; Coraggio J. L. *La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo*, Buenos Aires, Argentina: Espacio, 2004.

60 QUIJANO, Aníbal. *La economía popular y sus caminos em América Latina*, Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

61 MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

62 TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Tradução, prefácio e notas: Neil Ribeiro da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

não envolva as mesmas pessoas, numa corrente ininterrupta de doações.

A tendência encontrada para os anos seguintes consiste na tentativa de explicar o funcionamento dos empreendimentos solidários e assim possibilitar a compreensão da atividade. O foco dos trabalhos, salvo poucas exceções, foi estabelecer o diálogo entre o governo e a sociedade civil, no sentido de analisar as políticas públicas por meio da investigação dos empreendimentos solidários como fonte de ocupação e geração de renda, subsidiando o combate da exclusão e das desigualdades sociais.

A partir de 2008 começaram a ganhar expressividade os trabalhos que adotaram como enfoque o diálogo da economia solidária dentro de um quadro necessário de alterações nas políticas de desenvolvimento do país. Assim, tais estudos procuraram analisar a autonomia em relação à organização do processo de produção, a participação nas decisões relacionadas à gestão, a escolha por tecnologias adequadas e a participação política dos trabalhadores cooperados. O foco da análise passou a ser a compreensão dos alcances da atividade como proposta de uma nova economia.

4. MODELOS TEÓRICOS DE ANÁLISE

Durante minha investigação observei que nem todos os trabalhos procuraram inscrever suas análises em alguma escola teórica, sendo apenas dados coletados referentes às experiências empíricas e ainda em fase de elaboração. Já em outros foi possível identificar o diálogo entre duas ou mais delas. Assim sendo, procuro expor algumas abordagens teóricas, dentro do campo das Ciências Sociais, que considerei como relevantes contribuições para o estudo da economia solidária.

Na revisão bibliográfica realizada observei a utilização das contribuições do sociólogo Émile Durkheim na análise das relações sociais, principalmente no trabalho realizado por Marília Veríssimo Veronese (2007) intitulado *As possibilidades de constituição de uma liderança autogestionária em empreendimentos econômicos solidários*. A autora contribuiu com a discussão utilizando-se do enfoque psicossocial para analisar a autogestão e a liderança, a partir do conceito de representações coletivas desenvolvido por Durkheim na sociologia e por Lévi-Bruhl na antropologia. Assim, a análise direciona-se à interpretação da atividade do sujeito no seu entendimento da realidade do mundo: a atividade representacional. O processo de decodificação do mundo social cria realidades, situações, crenças, produzindo a cultura através dos processos relacionais cotidianos.

Importante salientar que, para Durkheim (1989)⁶³, as representações coletivas são concebidas como formas de consciência que a sociedade impõe aos indivíduos. O conceito de representação por Durkheim implica na reprodução da ideia social, no entanto, a teoria das representações sociais baseia-se na produção e no desenvolvimento de um caráter social, sem que seja imposta externamente às consciências individuais.

Alex Pizzio da Silva (2007), na pesquisa intitulada *Qualificação Social e Reconhecimento no Âmbito da Economia Solidária: um estudo sobre os catadores de recicláveis*, também trabalhou com o enfoque psicossocial, a fim de explicar os comportamentos desencadeados pela atividade que não se limitam à intencionalidade da geração de renda. Os desafios dos sujeitos da

63 DURKHEIM, É. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

pesquisa, por meio da luta por reconhecimento, ultrapassaram a satisfação de interesses materiais, para refletir na maneira de ser e nos modos de agir. O autor constata que o reconhecimento, a visão de mundo e comportamentos emergiram baseados na solidariedade democrática e no trabalho associativo.

Dentro da abordagem reflexiva, Rosinha Machado Carrion (2007) utilizou-se das contribuições de Bourdieu na elaboração do trabalho *Cooperação e Conflito em Redes de Economia Solidária: Em Análise O Projeto de Implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos em Porto Alegre*.

De acordo com esta linha teórica, é necessário entender o comportamento humano como modelado por *habitus*, e as situações sociais como *campos*, no interior dos quais os atores movidos por seus *habitus* disputam posições sociais. As condições de existência produzem os *habitus*, ou seja, o acúmulo de experiências anteriores condicionam a leitura dos sujeitos, podendo ou não lhe conferir, pelos olhos de quem o observa, uma determinada posição de poder.

Na pesquisa de Carrion (SBS, 2007), o poder simbólico foi analisado como decorrente da visibilidade política de lideranças na obtenção de benefícios específicos como o aumento da cota de resíduos para suas respectivas associações; para pressionar coletivamente o Executivo Municipal por políticas públicas favoráveis ao setor e até mesmo para fins pessoais. Assim, segundo a autora, evidenciou-se a disputa por posições entre os representantes dos trabalhadores do setor, assim como entre as organizações participantes da atividade.

Considerando ainda a abordagem reflexiva, gostaria de ressaltar um trecho do trabalho de Cris Fernández Andrada (2007), intitulado *A política encontra o trabalho: história e repercussões psicossociais da experiência de autogestão da Cooperativa UNIVENS*. De acordo com o relato do grupo de pesquisa “Ouvir essas histórias de vida e de trabalho nos ajudou muito a compreender o lugar simbólico que assumiu cada mudança ou fenômeno ocasionado pela autogestão.” Uma das mulheres entrevistadas pela autora do trabalho iniciou suas atividades profissionais como agricultora ainda na infância. Ao chegar à cidade de Porto Alegre tornou-se empregada doméstica, sempre sentindo-se ameaçada pelo risco de não garantir seu sustento. O pertencimento a uma cooperativa possibilitou à trabalhadora vivenciar outro capital cultural, ampliando sua leitura de mundo, assim como

também ampliar o seu capital social, por meio de novas relações pessoais e de trabalho.

Outro trabalho inscrito nesta abordagem é o elaborado por Paulo Keller (2010), *Informalidade, precariedade e empreendedorismo no mundo do trabalho artesanal: O caso da Cooperativa dos Artesãos dos Lençóis Maranhenses – ARTECOOP*. O autor analisou o artesanato diferenciando-o de uma mera mercadoria. O produto integra um sistema de valores culturais, possuindo tanto dimensão econômica quanto dimensão cultural. Contudo, o autor verifica que Bourdieu não trata especificamente do artesanato, mas discorre sobre o *mercado dos bens simbólicos*. Os produtos culturais e simbólicos trazem este duplo valor cultural e mercantil:

Esse universo relativamente autônomo (...) dá lugar a uma economia às avessas, fundada, em sua lógica específica, na natureza mesma dos bens simbólicos, realidades de dupla face, mercadorias e significações – cujo valor propriamente simbólico e o valor mercantil permanecem relativamente independentes (BOUDIEU, 1996, p. 162. In, KELLER, 2010, p. 8)⁶⁴.

André Ricardo de Souza (2010) no trabalho *A economia solidária é uma miragem?* fez uma importante observação com relação a utilização da teoria de Bourdieu. De acordo com o autor, os militantes da economia solidária vêm constituindo de forma discursiva, simbólica e institucional, aquilo que Pierre Bourdieu chamou de *campo social*. Ressalta a necessidade de delimitação daquilo que é distinto e até mesmo contrário à *economia solidária*, como por exemplo, as cooperativas com poucos sócios e muitos empregados, bem como o cooperativismo constituído por empresas que terceirizam trabalhadores para se eximirem de sua responsabilidade patronal; as já citadas copergatos.

Outros muitos trabalhos foram encontrados, a partir da seleção realizada, discutindo a temática por meio da abordagem dialética. Aline Mendonça dos Santos e Emir Sader (2007) em *O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas*

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese estrutura do campo literário* / Pierre Bourdieu; tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

constatarem que, por mais que as iniciativas autogestionárias sejam oriundas das forças das circunstâncias e não de um movimento de resistência dos trabalhadores para com o modo de produção capitalista, há certa adesão dos trabalhadores à nova proposta, implicando outro comportamento e novas relações de trabalho.

Num primeiro momento os autores realizam uma revisão bibliográfica baseada no primeiro volume do livro um de “*O capital*”, de Karl Marx. Num segundo momento, discutem o processo e trabalho nas fábricas recuperadas, revisando estudos de caso de fábricas recuperadas no Brasil, no Uruguai e na Argentina. Em sua construção teórica, Marx apresenta uma série de categorias constituídas para explicar o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, os autores revisaram categorias como trabalho, mercadoria, força de trabalho, mais-valia, mais-valia absoluta e mais valia relativa, valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e trabalho abstrato, direcionando a análise para o contexto brasileiro.

A discussão acerca dos equipamentos utilizados no processo de produção também foi realizada pelos autores. A maquinaria, que poderia contribuir para a diminuição da fadiga do trabalhador e para a promoção de qualidade de vida, é empregada para baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho necessário para a produção e ampliar a outra parte do dia que o trabalhador dá gratuitamente. Assim, Marx afirma que a maquinaria também é um meio de produção de mais-valia (MARX, 2006)⁶⁵. Contudo, o processo de transição para o socialismo partirá de um sistema que já existe, pois as novas tecnologias de gestão e produção não surgirão da noite para o dia. Dessa forma, o foco e a ênfase da luta de classes se darão dentro da fábrica, visando à organização e o controle do poder.

Marx e Engels (1976)⁶⁶ consideravam as cooperativas como um instrumento de emancipação dos trabalhadores oprimidos. As cooperativas transmitiam maior confiança ao trabalhador comum quando este tomava consciência que podia transformar as relações socioeconômicas prevalentes por meio da ação coletiva (VIEIRA & RICCI, 2007).

65 MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. 23 Ed. Livro I, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

66 MARX, K e ENGELS, F. *Select Works*, Primeiro Volume. Moscovo: Progress Publishers, 1976.

Os autores Ângela Santana do Amaral e Márcio de Aguiar Vasconcelos (2009) no trabalho *O socialismo autogestionário de Karl Marx: os estudos de Jacques Texier sobre a autogestão* sistematizaram e debateram as formulações do autor francês Jacques Texier sobre o tema da autogestão.

O posicionamento positivo de Marx quanto às cooperativas de trabalhadores, aponta Texier, está relacionado de maneira muito significativa a essa demonstração pela ação de que a produção em larga escala, a partir de grandes empresas modernas, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões. No Livro Terceiro de *O Capital* encontram-se indicações inequívocas sobre a caracterização marxiana das cooperativas de trabalhadores. Marx considera, no trecho em questão, tanto as fábricas cooperativas de trabalhadores como as sociedades de ações um sintoma do caráter cada vez mais social da produção e um indício de transição a um novo modo de produção.

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção [a partir do modo de produção antigo]. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção (MARX, 1984, p. 334)⁶⁷.

67 MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril, 1984. v. 3.

A importância da transição reside no fim da separação entre os trabalhadores e seus meios de produção. Abre-se espaço, assim, para a ruptura com a autonomização do valor característica do capitalismo. Sem essa gestão da produção pelos próprios trabalhadores, conclui Texier, não existe uma apropriação social autêntica. A proposta de “autogestão generalizada” de Texier, extensamente apoiada em Marx, compreenderia o fim da separação entre os produtores e seus modos de produção; entre governantes e governados; e entre cidadãos e produtores (TEXIER, 2002)⁶⁸.

Eliene Gomes dos Anjos (2009) afirma, em seu trabalho *Possibilidades e Dilemas do Trabalho nas Cooperativas da Economia Solidária*, baseando-se na concepção de Marx, que só teríamos a emancipação com o fim do trabalho alienado e seus corolários. A autonomia da classe trabalhadora que aliena a sua força de trabalho só seria conquistada com o fim da propriedade privada dos meios de produção, fonte de dominação, em substituição pela propriedade coletiva desses meios. Desse modo Iasi (2007)⁶⁹ afirma que é preciso a superação da concepção de mercadoria, de capital e do Estado como temos hoje. A mercadoria, porque assume a forma fantasmagórica de coisa, aparecendo independente das relações sociais que lhe dão origem; o capital, porque subordina o trabalho, e o Estado como aquele que representa os interesses dos capitalistas, apesar da intenção de expressar uma universalidade (IASI, 2007).

Luiz Antônio da Silva (2011), no trabalho *Alternativas de Trabalho e Participação Social de Metalúrgicos Aposentados na Região do Vale do Aço*, também procurou discorrer sobre o pensamento de Karl Marx. Segundo o autor, a principal consequência advinda da especialização e da fragmentação foi a prevalência do trabalho alienado. O produto do trabalho aparece ao sujeito da criação – o trabalhador – como algo que lhe é estranho, uma força independente dele, na qual não se reconhece. Por isso, o trabalho assume o caráter de algo forçado, que constitui apenas um meio de o assalariado sobreviver. De acordo com o autor, os atores da economia solidária são portadores de uma proposta que supera referida situação, ou seja, defendem a instauração de relações de trabalho pautadas pelos princípios da solidariedade. Karl Marx mostrou como o trabalho

68 TEXIER, Jacques. *La question de l'appropriation social*. Revue La Pensée. Paris, Espaces Marx, 2002. n. 331.

69 IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

alienado está presente em todas as formas assumidas historicamente pela sociedade de classes: escravismo, feudalismo, atingindo seu auge no capitalismo. Por conseguinte, a superação do trabalho alienado para Marx não está apenas na tomada de consciência dessa situação, mas no ato transformador das condições históricas que o engendraram, no caso, a sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção. Dessa forma, numa sociedade igualitária, em que impere a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão da economia pelo conjunto dos produtores, o trabalho alienado perderia sua base objetiva de existência.

Por fim, no trabalho elaborado por Paulo Keller (2010) *Informalidade, precariedade e empreendedorismo no mundo do trabalho artesanal: O caso da Cooperativa dos Artesãos dos Lençóis Maranhenses – ARTECOOP*, a análise a partir de Marx ajudou na reflexão sobre as formas coletivas de produção artesanal. Se, por um lado, o trabalho na cooperativa ARTECOOP de Barreirinhas não constitui trabalho assalariado por ser uma forma de trabalho autônomo, por outro lado as trabalhadoras cooperadas produzem uma mercadoria (objeto artesanal) que tem valor (mercantil, cultural e simbólico) e que circula ao longo da cadeia de valor do artesanato, atendendo contraditoriamente a um mercado que funciona dentro da lógica econômica capitalista. Dessa maneira, o autor passa a discorrer em sua pesquisa acerca das contradições existentes entre os dois modelos econômicos, opondo o trabalho cooperado e artesanal à lógica dominante de produção.

Outros trabalhos abordaram a temática propondo-se a compreender as subjetividades dos sujeitos, ou seja, o sentido do trabalho na percepção destes. No entanto, algumas metodologias que ordenam o trabalho empírico inserem-se num processo teórico que, apesar da oposição clássica entre o individual e o coletivo, procura ultrapassar esta limitação e perceber a realidade como um sistema de relações. No centro desses estudos encontra-se o trabalhador envolvido num tecido de relações sociais, de lógicas de ação diversas, sendo, ao mesmo tempo, indivíduo e ator social. Nessa perspectiva, a análise de um fenômeno social é possível a partir da compreensão que tem dele o ator e das estratégias desenvolvidas por ele. Anne Marie Wautier (2005), no trabalho *As relações de trabalho nas organizações de economia solidária: Um paralelo Brasil – França*, constatou que no trabalho solidário por vezes o indivíduo pode recompor sua identidade antes dissociada e dar sentido a suas condutas no

engajamento coletivo, ou seja, a experiência social é construída a partir de um princípio de subjetivação.

Outra abordagem interessante encontrada na revisão bibliográfica foi a análise sistêmica da economia solidária inscrita dentro da Sociologia das Ausências. O termo ausência, nesse sentido, tem a perspectiva de aflorar o que é produzido como não aparente nas lógicas de monoculturas do saber e do rigor científico. A construção de novos espaços democráticos e participativos deve identificar as virtualidades e potencialidades que ainda não se mostram claramente, mas que são passíveis de investigação através de um olhar orientado por uma teoria crítica.

A sociologia das ausências é uma pesquisa que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das Ciências Sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis, objetos ausentes em presentes (SANTOS, 2005, p. 21)⁷⁰.

De acordo com Eliene Gomes dos Anjos (2009), em *Possibilidades e Dilemas do Trabalho nas Cooperativas da Economia Solidária*, a sociologia das ausências substitui monoculturas por ecologias. A ecologia dos saberes se refere à lógica da monocultura do saber e do rigor científico que precisa ser confrontado com outros saberes e outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais. A ecologia das temporalidades questiona a imposição do tempo linear, afirmando que esta é uma entre as muitas concepções de tempo. A ecologia dos reconhecimentos busca uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença; uma ecologia de reconhecimentos recíprocos. A ecologia das trans-escalas trata da lógica do universalismo abstrato e da escola global. Finalmente, a ecologia da produtividade situa-se na lógica produtivista e refere-se diretamente ao objeto de estudo aqui em questão. Conforme Santos (2005), a sociologia das ausências incide na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas

70 SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fórum social mundial. Manual de uso*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, e dos demais tipos de organização que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou.

Notou-se durante a revisão bibliográfica a reincidência de discussões sobre gênero. De acordo com o resgate histórico realizado por Magda de Almeida Neves e Bianca A. Lima Costa (2007), no trabalho *Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária*, a participação das mulheres em atividades remuneradas aumentou, principalmente nos últimos trinta anos. Tal mudança é resultado de um conjunto de transformações de ordem social, econômica e cultural.

No entanto, as trabalhadoras continuam recebendo menos do que os homens em tarefas similares, concentrando-se em nichos ocupacionais tidos como femininos e ocupando menos cargos de chefias. Também se encontram mais expostas ao desemprego e às ocupações precárias e informais, em que se destaca o trabalho doméstico. A escolaridade feminina tem peso menor na conquista de emprego se comparada à masculina e as tarefas de cuidado continuam atribuídas majoritariamente à responsabilidade das mulheres, em que a maternidade aparece como ponto preponderante (NEVES & COSTA, 2007).

O resultado dessas trajetórias, segundo as autoras, pode ser expresso no fenômeno da feminilização da pobreza. A segregação ocupacional, a precarização e o acesso a espaços diferenciados representam limites à obtenção de recursos e poder pelas mulheres. Para elas, a realidade de carências é mais intensa, na medida em que realizam muitas atividades não remuneradas. Magda de Almeida Neves e Bianca A. Lima Costa (2007) concluem que a inserção das mulheres na economia solidária pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero. Tais experiências consistem em espaços intermediários entre público e privado e contribuem para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres. As iniciativas possibilitam o enfrentamento do caráter multidimensional da pobreza e potencializam a autonomia feminina. Cabe salientar, no entanto, que tais trajetórias são experimentadas sob a marca de antagonismos. É importante destacar que a motivação para a busca do trabalho, nos empreendimentos, aponta pistas sobre a apropriação do projeto coletivo. Enquanto há trabalhadoras mobilizadas por incapacidades e por perdas, outras são envolvidas por ações ativas e propositivas. Esses são aspectos que influenciam as percepções

diferenciadas sobre as potencialidades ou não da integração nas organizações associativas.

Lorena Holzmann (2009), em *A economia solidária - ressignificação do trabalho?*, procurou também relacionar questões de gênero à sua pesquisa. Analisando empreendimentos solidários, constatou que grande número dos participantes desses são mulheres, cujos ganhos complementam o orçamento doméstico. Segundo observação da autora, esses empreendimentos instalam-se quase sempre em comunidades pobres, próximos ao local de moradia das associadas, facilitando e barateando o deslocamento casa-trabalho-casa. Essa proximidade viabiliza o melhor atendimento das obrigações domésticas e sua conciliação com o trabalho remunerado, o que é sempre mencionado como fator positivo pelas próprias trabalhadoras. Nas cooperativas e associações que possibilitam a vivência longe da esfera do lar, tanto no ato de produzir e comercializar as peças de artesanato, como na participação em eventos mais amplos, (feiras e exposições) ampliam-se os laços sociais dessas mulheres, integrando-as num mundo para além de suas casas e de seu bairro. Assim, conquistam a possibilidade de conhecer coisas novas e de alargar os horizontes de vida.

Por fim, considero interessante colocar ao final deste capítulo um trecho elaborado por Fernanda Henrique Cupertino Alcântara (2005) no trabalho *A Tentativa de Institucionalização das Práticas Cooperativas*. Segundo a autora não cabe à sociologia discutir a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, sendo esta uma tarefa das ciências econômicas. No entanto, é função da sociologia compreender como o comportamento cooperativo se estabelece e o que o motiva. Além disso, cabe a ela sublinhar quais são os elementos que permitem ou facilitam esse processo, promovendo assim uma análise não só da necessidade de tais projetos como também da viabilidade sócio institucional. A autora afirma que a sociologia econômica resultou, portanto, de uma tentativa recente de superar as divisões existentes nas Ciências Sociais quando se trata da análise de processos econômicos, recorrendo, para tanto, aos clássicos do pensamento social. Neste sentido, torna-se imperativo para a sociologia econômica demonstrar que os mercados não se resumem a interesses individuais. Se admitirmos que o comportamento social dentro do mercado e em sua formação é originado socialmente, precisamos compreender o que faz com que uma prática se institucionalize e, inclusive, torne-se hegemônica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 PENSANDO AS ABORDAGENS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A escolha epistemológica e metodológica para a elaboração de pesquisas científicas, que considerem o reconhecimento da subjetividade, os processos invisibilizados, a participação social e política e o respeito aos diferentes campos do saber humano, não se trata de um procedimento fácil. Observei por meio desta revisão bibliográfica uma pluralidade de modelos teóricos de análise construídos para o estudo da economia solidária e das diversas realidades onde ela se manifesta.

Parte dos trabalhos investigados procurou ater-se a modelos teóricos constituídos a partir de matrizes clássicas das ciências sociais, como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, que, durante o século XIX desenvolveram teorias buscando explicar a sociedade capitalista. Outra parte procurou realizar conexões com demais áreas do conhecimento a fim de trazer novos elementos e variáveis, enriquecendo as discussões acerca da temática.

Dessa forma, estudiosos do Brasil e de outras partes compõem diferentes campos de abordagem na investigação e na construção de modelos teóricos de análise da economia solidária. Por meio da leitura dos diversos trabalhos investigados nesta pesquisa constatei algumas orientações comuns nas discussões, a partir do posicionamento dos autores articulados. Assim, arriscando fazer uma classificação, com intuito de auxiliar a compreensão da divisão do campo teórico para o estudo da economia solidária, verifiquei um grupo de autores utilizados como referência que analisam a atividade considerando-a como desencadeadora de novas possibilidades de reflexão acerca da realidade e, conseqüentemente, como mecanismo de emancipação social. Nesse sentido, autores como Boaventura Santos, Jean-Louis Laville, Paul Singer, Luiz Inácio Germany Gaiger, Cândido Vieitez, Neusa Dal Ri entre outros, foram utilizados para contribuir com a discussão.

Outros autores consideram a atividade como um fenômeno transitório e de adaptação no período em que se vivencia uma crise no sistema financeiro, atingindo principalmente as indústrias. Autores como Robert Castel, Aníbal Quijano, Lorena Holzmann entre outros,

discorrem sobre a atividade, principalmente sobre sua pouca capacidade de transformação social.

Outra parte dos estudiosos destaca a atividade pelo preenchimento das funções e papéis, antes desempenhados pelo Estado, pela sociedade civil, corroborando, no entanto, com as transformações introduzidas pela corrente neoliberal. Alguns destes autores são Jacob Carlos Lima e Cibele Saliba Rizek.

Assim, para a realização do agrupamento considerei a importância em destacar os modelos teóricos para o trato da temática em questão, principalmente os adotados no período desta investigação, assim como identificar tendências assumidas por pesquisadores. O período atual carrega uma grande discussão relacionada aos paradigmas científicos. Esta discussão, que permeia as ciências humanas procura dialogar sobre a utilização de modelos teóricos de análise, assim como os métodos utilizados para a coleta de dados na pesquisa científica. Observa-se a retomada, em alguns aspectos, das discussões sobre a objetividade e a subjetividade nas Ciências Sociais.

Muitas são as críticas realizadas a partir da transposição de modelos teóricos da Europa do século XIX onde, segundo Wallerstein (2006), os estudiosos trabalhavam com material empírico de seus países a fim de descobrir leis explicativas para o comportamento humano e compreender como fazer outro mundo alcançar a civilização. A análise sistêmica do autor, mais especificamente a teoria sistema-mundo, não utilizada nos artigos investigados, sustenta que a pesquisa científica social, praticada no mundo inteiro, tem tido o efeito de fechar, ao invés de abrir, muitas das mais importantes ou mais interessantes questões. É parte da ideologia dominante dar prioridade moral ao novo. O mundo muda a cada momento, sendo o mais difícil descobrir o que não mudou essencialmente. As mudanças, contudo não são aleatórias, mas em princípio previsíveis nos termos das regras do funcionamento do sistema, ou ele não seria um sistema. No interior de um *sistema histórico*⁷¹ em funcionamento, não há livre-arbítrio genuíno; as estruturas restringem as escolhas e até as criam (WALLERSTEIN, 2006).

Críticas como a realizada por Martins supõe que a transposição de determinados modelos teóricos de análise, fruto do contexto

71 A expressão sistema-histórico não costuma ser usado nas Ciências Sociais. Todos os fenômenos complexos possuem suas estruturas e todas estruturadas possuem suas particularidades, tendo portando uma história que é central a seu modo de funcionamento (WALLERSTEIN, 2006).

histórico-social da Europa do século XIX, principalmente quando realizado por movimentos sociais no Brasil, seja proveniente de uma consciência colonizada:

O uso de esquemas pré-fabricados e chavões gestados em outros confrontos e outras sociedades não tem aqui senão o aspecto de conduta imitativa, não criativa, própria do colonizado que ainda pensa com a cabeça do colonizador. A ação política neles baseada não leva senão a uma prática política reduzida a frases vazias e palavras de ordem incoerentes. Isso acontece até mesmo com grupos ideológicos e partidários que se definem a si mesmos como “de esquerda” (MARTINS, 2011, p. 21).

Dessa forma, faz-se necessário pensar nos contextos e nas especificidades locais, sem que para isso tenha que se excluir o que não se adequa de uma determinada teoria e utilizar a parte que melhor se encaixe ao objeto de pesquisa. Segundo Bonano (2009), a sociologia deve encontrar categorias que reflitam as novas mudanças claramente, neste período de drásticas mudanças sociais. A Globalização mudou o mundo de tal forma que algumas categorias já utilizadas podem ter se tornado obsoletas rapidamente. Novas maneiras de estudar a sociedade é o real desafio para uma nova geração de sociólogos. No entanto, a produção sociológica gerada e revista criticamente no decorrer dos anos não deve ser simplesmente descartada, mas ampliada, como verifiquei na revisão bibliográfica realizada (BONANO, 2009).

Dentro desta perspectiva, Zygmunt Bauman (2011), considerado pelo seu pensamento e por suas críticas ao comunismo “oficial” ao estilo soviético como um dos principais pensadores do “marxismo humanista” ou “revisionismo marxista”, que surgiu na Polônia na década de 1950, mostra a importância da releitura de autores clássicos, evitando transposições e considerando as especificidades e os contextos históricos, sem ignorar o processo de construção do conhecimento.

Gramsci me salvou de me tornar antimarxista, como ocorreu com tantos outros pensadores desencantados, jogando fora no caminho tudo que era e continua sendo precioso e típico no legado de Marx (BAUMAN, 2011, p.37).

Bauman se utiliza de uma sociologia eclética. Para o autor a sociologia é um agente importante para tornar possíveis a “re-imaginação” e a “re-prática” a fim de construir uma alternativa que se ajuste à humanidade.

No entanto, ainda falta estabelecer instrumentos e categorias que respondam ao novo paradigma, principalmente ao se tratar de um tema como economia solidária, que começa a ganhar espaço na academia (SANTOS, 2009). Ler objetos e temas de pesquisa a partir de categorias e conceitos do cotidiano por meio do novo paradigma é de suma importância de acordo com o autor.

Nesse sentido, Wallerstein (2006) propõe que, além de repensar o que é normal, seria necessário “impensar” a ciência social do século XIX. O autor acredita que muitos de seus pressupostos são restritivos e ainda detém um domínio forte em nossas mentalidades, ganhando a dimensão de uma verdadeira barreira intelectual para uma análise útil do mundo.

Dessa forma, por meio do crescente número de trabalhos realizados e publicados nos últimos anos sobre a temática, encontram-se presentes a discussão teórica do paradigma das Ciências Sociais, assim como a importância da análise do fenômeno como uma tecnologia social. Para esta última, a economia solidária atualmente é confrontada a dar respostas no sentido de reafirmar a sua relevância para o conjunto da sociedade. Além de se colocar como uma alternativa de trabalho e renda, ela pode se apresentar também como estratégia para a criação de condições históricas que tenha como horizonte uma real transformação, nos âmbitos social, econômico e político.

Assim, considero que a transição paradigmática não vale somente para a ciência. Esta transição está na realidade social, na manifestação dos movimentos sociais, na busca por novas formas de produção e distribuição da riqueza social. A construção de espaços democráticos e participativos pressupõe a existência de relações sociais baseadas nos princípios da solidariedade, da democracia e da participação.

Nesse sentido, acredito que um outro mundo é possível na reprodução das práticas sociais que estabeleçam outras relações com espaço em que vivemos. Novos cenários estão em construção e a economia solidária, por meio de suas práticas sociais tem a possibilidade de produzir um espaço diferenciado, menos desigual e

que ofereça condições de outra organização da vida coletiva. Dessa forma, os esforços destinados ao desenvolvimento da economia solidária por meio do envolvimento de instituições que abranjam o campo social, político, econômico, ecológico e cultural contribuem com a construção da justiça social, considerando-a como a justa divisão da riqueza produzida, bem como a promoção do desenvolvimento e utilização de tecnologias que valorizem o conhecimento e a cultura local.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **A Tentativa de Institucionalização das Práticas Cooperativas**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,: SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

Políticas públicas, economia solidária e cooperativismo. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

ALMEIDA, Roseny de. **Gestão e participação na Cooperativa Pindorama**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

AMARAL, Ângela Santana do e MONETA, Márcio de Aguiar Vasconcelos. **O socialismo autogestionário de Karl Marx: os estudos de Jacques Texier sobre a autogestão**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **“Agora nós somos donas”? Uma análise da cooperativa de trabalho como nova modalidade de terceirização em uma empresa de confecção**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,: SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

AMORIM, Rizioneide Souza. **Feiras de economia solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

ANDRADA, Cris Fernández. **A política encontra o trabalho: história e repercussões psicossociais da experiência de autogestão da Cooperativa UNIVENS.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito et al. **Economia Solidária e seus Impactos: o caso de Pernambuco.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Missão.** Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/2/42/>. Acesso em 23/04/2012.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Valores da Economia Solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29., 2005, Caxambu. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,: ANPOCS, 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8869/5110>. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Bauman sobre Bauman: diálogos com Keith Tester**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BERGAMIN, Marta de Aguiar. **Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

BIALOSKORSKI NETO, S. **Member participation and relational contracts in agribusiness cooperatives in Brazil**. The International Journal of Co-operative Management, v. 3, p. 20-26, 2006.

BONANNO, Alessandro. “A Globalização e a reorganização tempo-espaço: implicações para os sociólogos do futuro.” In: CAVALCANTI, Josefa S.B; Weber, Silke; DWYER, Tom (Orgs.). *Desigualdade, diferença e reconhecimento*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

CAMPOS, Rosana Soares, CAMPOS Rosângela Soares. **A face perversa da Economia Popular Solidária: a exploração do capital nas relações de “trabalho solidário”**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,; SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **Organização Societária, Instituições Participativas e a Política Nacional de Economia Solidária**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,; SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

CARRION, Rosinha Machado. **Cooperação e Conflito em Redes de Economia Solidária: Em Análise O Projeto de Implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos em Porto Alegre.**

In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

CAVALCANTI, Gabriela. **Construindo a política nacional de economia solidária: dados de pesquisa para uma análise preliminar.**

In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

COLE, George Douglas Howard. **A century of co-operation.** Manchester: Co-operative Union Limited, 1944.

_____. **Historia del pensamiento socialista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

CORAGGIO, José Luis. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho.” In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. “Economia do Trabalho.” In: CATTANI, Antônio (Org.) **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. “Una perspectiva alternativa para la economía del trabajo” In: Coragio, J. L. (Org). **La economía social desde la periferia: Contribuciones latinoamericanas.** Buenos Aires: Altamira, 2007.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **As estratégias dos agricultores familiares do sudoeste do Paraná frente à modernização no campo.**

In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI., 2003, Campinas. Anais do XI CBS, Campinas, SP,: SBS, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docma

n&task=cat_view&gid=106&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

CORTELETTI, Roseli de Fátima. **Trabalhadoras e autogestão: Trabalho e vida cotidiana entre operárias de uma fábrica cooperativa em Caxias do Sul/RS.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2009, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2009. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=101. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

COSTA, Elaine Hipólito dos Santos e DAGNINO, Renato Peixoto. **Metodologia de identificação de fluxos de informação: o caso da Coopernatuz de Osasco.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

CRUZ, Thales Speroni Pereira da. **O desenvolvimento da autonomia coletiva em empreendimentos de economia solidária.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 34., 2010, Caxambu. Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2010. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=90. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Políticas de Economia Solidária: da Regulação do Trabalho Assalariado ao Fomento do Trabalho Associativo.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,; SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

CUT. ADS. “Resoluções do VIIº Congresso Nacional da CUT – VII CONCUR.” In: *CUT. Cut 20 anos: Resoluções da Conclat e dos*

Congressos e Plenárias da CUT, 1983-2003. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. CD-ROM.

DAGNINO, Renato. **Adequação Sócio-técnica, Autogestão e Economia Solidária.** 2001. Disponível em <www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/10>. Acesso em 23/04/2012.

DOMINGUES, Marta R. e TEIXEIRA, Marilane O. (Org.). **Metodologia para um índice de Desenvolvimento em Empreendimentos Solidários.** São Paulo: CUT, 2007.

DOS ANJOS, Eliene Gomes. **Possibilidades e Dilemas do Trabalho nas Cooperativas da Economia Solidária.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2009, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=101. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

Um panorama das cooperativas na Espanha. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

DOUGLAS, M. “There is no free gift.” In: MAUSS, M. **The gift.** Londres : W.W. Norton, 1990.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: mutações do trabalho e do capital?** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29., 2005, Caxambu. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2005. Disponível em: http://www.encontroanpocs.org.br/2005/programacientificoGT_2005.asp. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

FARIA, Maurício Sardá de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Autogestão e Economia Solidária: o desafio das fábricas**

recuperadas no Brasil. Texto apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho (ABET), 2009.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. **Assentamentos rurais: entre a cultura da dádiva e novas perspectivas de participação.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI., 2003, Campinas. Anais do XI CBS, Campinas, SP,: SBS, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=106&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

FERRAZ, Ana Lúcia. **Sindicato, autonomia e cooperativismo - o sentido político da autogestão.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI., 2003, Campinas. Anais do XI CBS, Campinas, SP,: SBS, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=88&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

FERRAZ, Marcos. **A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e os desafios da cidadania dos trabalhadores.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

_____ **A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e os desafios da cidadania dos trabalhadores.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

FORBELONI, Jacimara Villar. **Empreendimentos Solidários e desenvolvimento local: o programa CAJUSOL do Rio Grande do Norte.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

FRANÇA FILHO, Genauto C. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação.** In: Civitas. Porto Alegre: PUCRS, V.7, n.1, jan-jun 2007, p. 155-174.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista.** Caderno CRH n. 1 (1987) – Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA, 2003.

_____ “As emancipações no presente e no futuro.” In: **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** GAIGER, L. I. G. (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.371-403.

_____ **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,: SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

_____ **Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29., 2005, Caxambu. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,: ANPOCS, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

_____ **A ativação da economia dos pobres como via de combate as desigualdades.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2008, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual da

ANPOCS, Caxambu, MG,: ANPOCS, 2008. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=107. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

GAIGER, Luiz Inácio Germany & SCHÜTTZ, Gabriela. “O Mister de Reaprender os Vínculos entre a Economia e a Vida Social”. In: ZART, Laudemir. (Org.) **Educação e Sócio-economia Solidária: Interação Universidade - Movimentos Sociais**. Cáceres: Unemat Editora, 2005.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de et al. **Ecosol-CES: outros olhares - aspectos metodológicos e epistemológicos sobre a Economia Solidária**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_documento&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

GOMES, Vera Lúcia Batista. **Trabalho associativista na região metropolitana de Belém e reinserção ao trabalho**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2008, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,: ANPOCS, 2008. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=107. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

GUIMARÃES, V. N. et al. **Autogestão de Empreendimentos: experiências no Estado de Santa Catarina**. XXIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Curitiba, PR, 2004.

HOLZMANN, Lorena. **A economia solidária - ressignificação do trabalho?** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_documento&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

JESUS, Cláudio Roberto de. **Cooperativismo e economia solidária: alternativa ou paliativo**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,: SBS,

2005. Disponível em:
http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012.
ISSN: 2236-6636

KELLER, Paulo. **Informalidade, precariedade e empreendedorismo no mundo do trabalho artesanal: O caso da Cooperativa dos Artesãos dos Lençóis Maranhenses – ARTECOOP**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 34., 2010, Caxambu. Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2010. Disponível em:
http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=90. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

LEITE, Marcia de Paula. **Cooperativas e trabalho: Um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 35., 2011, Caxambu. Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2011. Disponível em:
http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=95. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: a retomada de um velho paradigma**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 27., 2003, Caxambu. Anais do 27º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2003. <http://www.anpocs.org.br/encontro/2003/03gt24.htm#33>. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. p. 45-74. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em 10/03/2012.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites**. RAE, São Paulo, jul./set. 2005. v.45, n.3, p.109-115, Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>>. Acesso em 25/04/2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986.

LUZ, Luciane da e SCHIOCHET, Valmor. **Associativismo em Lontras – SC.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

MANCE, Euclides. **A revolução das redes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico?** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. **Dádiva, solidariedade e vínculo social.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 27., 2003, Caxambu. Anais do 27º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2003. <http://www.anpocs.org.br/encontro/2003/03gt23.htm#12>. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

MARTINS, Rita de Cássia Andrade. **Direito e acesso ao trabalho: cooperativismo social no contexto da economia solidária.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

MELO SILVA, Gustavo. **Formas coletivas de ação econômica: estudo de caso do sistema de produção artesanal de um município mineiro.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 31., 2007, Caxambu. Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2007. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=116. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre, 1999. v. 22, n. 37, p. 7-32.

NAKANO, Marilena. “Anteag: a autogestão como marca.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ **Democracia associacionista e empresas solidárias**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI., 2003, Campinas. Anais do XI CBS, Campinas, SP,: SBS, 2003. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=161&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

NEVES, Magda de Almeida. **Dinâmicas de trabalho na cidade: informalidade e autogestão**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2009, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,;

http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=100. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

NEVES, Magda de Almeida e COSTA, Bianca A. Lima. **Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

NOËLLE M. P. L. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. 2002**. Disponível em <www.uff.br/incubadoraecosol/ocs/ecosolv_1.pdf>. Acesso em 10/03/2012.

NUNES, Jordão Horta e MARQUES, Rogério dos Santos Bueno. **O associativismo no setor de confecções em Goiânia**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS,

Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **O Capital Social nas Cooperativas Populares e suas Relações com a Economia Solidária**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,: SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de e BARBOSA, Maria Luiza Duarte Azevedo. **Desafios na construção de um terceiro setor de contraposição e seus enlaces com a economia solidária**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

PEREIRA, Maria Cecília Camargo. **Da subordinação à associação: o sindicalismo e a economia solidária**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

PIRES, Aline Suelen. **As fábricas recuperadas no Brasil: a autogestão entre a teoria e a prática**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RIBEIRO DA SILVA, Emanuelle Kelly. **Interfaces entre design e artesanato e suas consequências para bordadeiras do interior do Ceará.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR.: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

RODRIGUES, Sérgio Ricardo. **Memórias do mundo do trabalho e economia solidária nas favelas da cidade do Rio de Janeiro: desafios metodológicos.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR.: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SALAU BRASIL, Manuela. **O futuro da economia solidária: considerações a partir da II Conaes.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR.: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Protagonismo popular no movimento da economia solidária no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR.: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SANTOS, Aline Mendonça Dos e SADER, Emir Simão. **O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE.: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docma

n&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SANTOS, Boaventura de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Raldianny Pereira dos. **Dádiva e solidariedade: perspectiva de mudanças no cenário sócio-político brasileiro**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI., 2003, Campinas. Anais do XI CBS, Campinas, SP.: SBS, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=106&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SCHIOCHET, Valmor e GELLERT, Luana Jamayna. **A Economia Solidária e o Poder Público Local. A Experiência da RESVI/SC**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR.: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SCHULZ, Rosangela Marione. **Associações de trabalho e renda: novos espaços de democratização no Brasil**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29., 2005, Caxambu. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.: ANPOCS, 2005. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/01/07.pdf>. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

_____. **O dilema redistribuição-reconhecimento na investigação de associações de geração de trabalho e renda lideradas por mulheres**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 31., 2007, Caxambu. Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.: ANPOCS, 2007. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=116. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

SEBRAE. Disponível em < <http://www.sebrae.com.br/>>. Acessado em 25/02/2012.

SILVA, Alex Pizzio da. **Qualificação Social e Reconhecimento no Âmbito da Economia Solidária: um estudo sobre os catadores de recicláveis**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SILVA, Carlúcia Maria e NEVES, Magda de Almeida. **Experiências de economia solidária na região metropolitana de Belo Horizonte – dilemas e possibilidades**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SILVA, Luiz Antônio da. **Alternativas de Trabalho e Participação Social de Metalúrgicos Aposentados na Região do Vale do Aço**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e de distribuição.” In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo et al. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

_____. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. Disponível em < <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>>>. Acessado em 23/04/2012.

_____ **Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

_____ **Introdução à Economia Solidária.** 3 edição. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2008.

Sociedade Brasileira de Sociologia. *Quem Somos.* Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=141> . Acessado em 27/04/2012.

SOUSA, Rainer. **Anarquismo. Mundo Educação.** Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/anarquismo.htm>> . Acessado em 25/04/2012

SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária é uma miragem?** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 34., 2010, Caxambu. Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,; ANPOCS, 2010. ANPOCS, 2010. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=90. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

SOUZA, José Raimundo de. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem: os casos das Associações Chico Mendes e NORA e do grupo Nova Cotia Recicla da região oeste da Grande São Paulo.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,; SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

SOUZA, Zilma Borges de. **Espaços urbanos e articulação de práticas coletivas através do trabalho.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,; SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

STROH, Paula Yone e MELO, Mônica. **Cooperativismo e inclusão social de catadores de materiais recicláveis em Maceió-AL - apontamentos para discussão.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Volume 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, L; PICANÇO, I. Introdução. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In TIRIBA, L; PICANÇO I. (Orgs.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.** Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

VERONESE, Marília Veríssimo. **A difícil apropriação dos modos de trabalhar solidários e autogestionários.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII CBS, Belo Horizonte, MG,; SBS, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=58&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

As possibilidades de constituição de uma liderança autogestionária em empreendimentos econômicos solidários. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE,; SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

VERONESE, Marília Veríssimo e FERRARINI, Adriane Vieira. **Microempreendedorismo associativo: Análise de empreendimentos de Coleta e Triagem de Resíduo Urbano.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,; SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docma

n&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

VIEIRA, Arlete Candido Monteiro. **Cooperativas populares – estudo teórico-metodológico sobre sua contribuição para a sustentabilidade.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ.: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

VIEIRA, Arlete Candido Monteiro e PANHOCA, Luiz. **Aspectos legais fiscais e tributários - Desafios à formalização de empreendimentos solidários.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR.: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro e RICCI, Fabio. **Cooperativismo popular e a promoção da emancipação social.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII., 2007, Recife. Anais do XIII CBS, Recife, PE.: SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

VIEIRA, Elias Medeiros. **Cooperativas de trabalho no Brasil: estudo do cooperativismo intermediador de mão-de-obra e seus reflexos para o trabalhador brasileiro.** In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2008, Caxambu. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.: ANPOCS, 2008. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=107. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

As cooperativas de trabalho brasileiras sob a ótica dos aportes teóricos da cultura política. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ.: SBS, 2009. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. **Empreendimentos de economia solidária: da reflexão teórica à constatação empírica**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XV., 2011, Curitiba. Anais do XV CBS, Curitiba, PR,: SBS, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social: Os limites dos paradigmas do século XIX**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

WAUTIER, Anne Marie. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária: Um paralelo Brasil – França**. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29., 2005, Caxambu. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG,: ANPOCS, 2005. Disponível em: http://www.encontroanpocs.org.br/2005/programacientificoGT_2005.asp. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2177-3092

ZART, Laudemir Luiz e GITAHY, Leda. **Análise de ações coletivas nos processos de configuração social**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIV., 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV CBS, Rio de Janeiro, RJ,: SBS, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 01/03/2012. ISSN: 2236-6636